

A hand holding a magnifying glass over an old document. The magnifying glass is positioned over the top half of the page, and the hand is visible at the bottom. The background is a textured, brownish surface.

ORGANIZADORES

THIAGO CEDREZ DA SILVA

EDGAR AVILA GANDRA

ELVIS SILVEIRA SIMÕES

REFLEXÕES HISTÓRICAS

Estudos e Ensaios

Copyright ©2024 dos organizadores.

Direitos desta edição reservados aos organizadores, cedidos somente para a presente edição à Editora Mundo Acadêmico.

Importante: as opiniões expressas neste livro, que não sejam as escritas pelos organizadores em seu(s) capítulo(s), não representam ideia(s) destes. Cabe, assim, a cada autor a responsabilidade por seus escritos.



**Atribuição - Não Comercial - Sem Derivadas 4.0 Internacional
(CC BY-NC-ND 4.0)**

LICENCIADA POR UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS

Você é livre para:

Compartilhar - copie e redistribua o material em qualquer meio ou formato. O licenciante não pode revogar essas liberdades desde que você siga os termos da licença.

Atribuição - Você deve dar o crédito apropriado, fornecer um link para a licença e indicar se foram feitas alterações. Você pode fazê-lo de qualquer maneira razoável, mas não de maneira que sugira que o licenciante endossa você ou seu uso.

Não Comercial - Você não pode usar o material para fins comerciais.

Não-derivadas - Se você remixar, transformar ou desenvolver o material, não poderá distribuir o material modificado.

Sem restrições adicionais - Você não pode aplicar termos legais ou medidas tecnológicas que restrinjam legalmente outras pessoas a fazer o que a licença permitir.

Este é um resumo da licença atribuída. Os termos da licença jurídica integral estão disponíveis em: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/legalcode>

Capa e diagramação:

Thiago Cedrez da Silva

Editor:

Marcelo França de Oliveira

Conselho Editorial Casalettras

Prof. Dr. Amurabi Oliveira (UFSC)

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Lopes (UFPEL)

Prof. Dr. Elio Flores (UFPB)

Prof. Dr. Fábio Augusto Steyer (UEPG)

Prof. Dr. Francisco das Neves Alves (FURG)

Prof. Dr. Jonas Moreira Vargas (UFPEL)

Profª Drª Maria Eunice Moreira (PUCRS)

Prof. Dr. Moacyr Flores (IHGRGS)

Prof. Dr. Luiz Henrique Torres (FURG)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R25977 Reflexões históricas: estudos e ensaios / Thiago Cedrez da Silva, Edgar Avila Gandra e Elvis Silveira Simões (Org.)
[Recurso eletrônico]. Porto Alegre: Mundo Acadêmico, 2024.

86 p.

Bibliografia

ISBN: 978-65-89475-56-9

1. História - 2. Ensino - 3. Memória - I. Da Silva, Thiago Cedrez - II. Gandra, Edgar Avila - III. Simões, Elvis Silveira - IV. Título.

CDU: 900

CDD: 900



EDITORA MUNDO ACADÊMICO

Um selo da Editora Casalettras

R. Gen. Lima e Silva, 881/304 - Cidade Baixa

Porto Alegre - RS - Brasil CEP 90050-103

+55 51 3013-1407 - contato@casaletras.com

www.casaletras.com/academico-livros

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO:

Thiago Cedrez da Silva, Elvis Silveira Simões, Edgar Avila Gandra 4

ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E A SÍNDROME DE *BURNOUT* EM PROFESSORES

Enio Souza Sieburger; Odilon Leston Júnior; José Bonifácio Alves da Silva..... 8

O CONTROLO POLITICO DAS INSTITUIÇÕES NO SISTEMA JURÍDICO MOÇAMBICANO

Frei Elias Mouzinho João Walata , O. de M..... 18

PERSPETIVAS SOBRE A ÉTICA DO DISCURSO: UM PERCURSO HISTÓRICO-FILOSÓFICO E SUA CONTRIBUIÇÃO ATUAL PARA A HUMANIDADE E A MOÇAMBICANIDADE

Remígio Avelino Chichongue..... 31

A ÉTICA E OS PROBLEMAS HISTÓRICOS DO SÉCULO XXI EM MOÇAMBIQUE: DEMANDA POR UMA ALTERNATIVA PARADIGMÁTICA

Remígio Avelino Chichongue..... 46

A EXEGÉTICA DO TEÍSMO E DO DEUS CRISTÃO SOB A FENOMENOLOGIA HEIDEGGERIANA NO ESCENARIO MOÇAMBICANO

Remígio Avelino Chichongue..... 62

RELIGIOSIDADE DO POVO, UMA BUSCA PELO SAGRADO.

Valter Ap. Barcala..... 74

SOBRE OS ORGANIZADORES DA OBRA 85

Reflexões Históricas: apresentação da coletânea

"Reflexões Históricas: Estudos e Ensaios" é uma coletânea com seis artigos acadêmicos que oferece uma análise multifacetada sobre temas históricos, educacionais, políticos, filosóficos e religiosos, destacando suas implicações na sociedade contemporânea. Esta obra reúne contribuições de importantes pesquisadores que examinam questões críticas com profundidade e rigor, proporcionando aos leitores uma compreensão abrangente das complexidades do mundo atual. Ao abordar problemas educacionais, éticos e sociopolíticos, esta coletânea se propõe a estimular o debate e a reflexão crítica, oferecendo perspectivas inovadoras e fundamentadas.

Além disso, destacamos que essa obra reúne contribuições de importantes pesquisadores brasileiros e moçambicanos, oferecendo uma rica diversidade de perspectivas e abordagens. Essa colaboração internacional é extremamente positiva, pois promove um diálogo interdisciplinar que transcende fronteiras geográficas e culturais, enriquecendo o debate acadêmico.

A interação entre diferentes contextos históricos e sociais permite uma análise mais ampla e profunda dos temas abordados, fomentando o intercâmbio de conhecimentos e experiências que são fundamentais para a construção de soluções inovadoras e inclusivas.

O primeiro texto, intitulado "**Orientação Educacional e a Síndrome de Burnout em Professores**", foi escrito pelos pesquisadores Enio Souza Sieburger, Odilon Leston Júnior, José Bonifácio Alves da Silva. Este artigo aborda a síndrome de burnout entre os profissionais da educação, analisando suas causas e impactos no cotidiano escolar. O estudo destaca a importância do papel do orientador educacional na mitigação dos efeitos do burnout, propondo estratégias de apoio e intervenção. A pesquisa enfatiza a necessidade de políticas educacionais que promovam a saúde e o bem-estar dos educadores, contribuindo para um ambiente de trabalho mais equilibrado e produtivo.

Já em "**O Controle Político das Instituições no Sistema Jurídico Moçambicano**" o autor Frei Elias Mouzinho João Walata, O. de M., investiga o impacto do controle político sobre as instituições públicas em Moçambique, evidenciando como a supremacia da lei constitucional é frequentemente

comprometida por práticas corruptas e a perpetuação de desigualdades sociais. Utilizando uma abordagem bibliográfica e métodos hermenêuticos e hipotético-dedutivos, o artigo analisa a necessidade de uma separação efetiva dos poderes para consolidar a democracia e o Estado de direito no país, propondo reformas para fortalecer a integridade governativa.

Por sua vez, o autor Remígio Avelino Chichongue contribui com três pesquisas. A primeira, **“Perspectivas Sobre a Ética do Discurso: Um Percurso Histórico-Filosófico e Sua Contribuição Atual para a Humanidade e a Moçambicanidade”** oferece uma análise abrangente da ética do discurso, desde suas origens com Karl-Otto Apel e Jürgen Habermas até sua aplicação contemporânea. A ética do discurso é examinada no contexto moçambicano, destacando sua relevância na formação de comportamentos sociais desejáveis e na promoção de uma convivência harmônica. A reflexão propõe que os princípios desta teoria podem orientar soluções para os desafios atuais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e ética.

O segundo texto de Remígio, **“A Ética e os Problemas Históricos do Século XXI em Moçambique: Demanda por uma Alternativa Paradigmática”** discute os problemas educacionais enfrentados em Moçambique no século XXI, incluindo corrupção, assédio e indisciplina. O autor utiliza a teoria habermasiana como base para analisar essas questões, sugerindo uma abordagem paradigmática para a educação que promova a formação integral dos estudantes. A obra destaca a importância da educação como ferramenta para transformação social e desenvolvimento humano, propondo soluções éticas e inovadoras para os desafios contemporâneos.

Já no sua terceira pesquisa, denominada **“A Exegética do Teísmo e do Deus Cristão sob a Fenomenologia Heideggeriana no Cenário Moçambicano”** o autor examina a relação entre teísmo, cristianismo e fenomenologia no contexto moçambicano, criticando a aplicação imoral da fé por alguns indivíduos. A análise aborda as tensões entre práticas religiosas e comportamentos sociais, propondo uma reflexão crítica sobre a autenticidade da fé e seu impacto na convivência comunitária. O texto convida os leitores a reconsiderarem o papel da religião na sociedade moderna e a buscarem uma vivência religiosa mais ética e consciente.

Nosso último artigo desta coletânea é de autoria de Valter Ap. Barcala, intitulado **“Religiosidade do Povo, uma Busca pelo Sagrado”**. Aqui, investiga-se a religiosidade popular como um fenômeno social, explorando suas dimensões e contribuições para a construção de identidade nas comunidades. Através de uma

abordagem multidisciplinar, o autor resgata personagens históricos elevados à categoria de santos pela devoção popular, analisando suas influências na cultura e na espiritualidade local. A obra oferece uma compreensão profunda das dinâmicas religiosas e suas implicações sociais, destacando a busca contínua pelo sagrado na vida cotidiana.

"Reflexões Históricas: Estudos e Ensaios" convida os leitores a mergulharem em análises críticas e reflexões aprofundadas sobre questões cruciais da nossa era. Cada artigo oferece uma contribuição significativa para a compreensão dos desafios contemporâneos e propõe diferentes olhares sobre suas problemáticas de pesquisa.

Portanto, esta coletânea é uma leitura essencial para estudiosos e profissionais interessados em expandir seu entendimento sobre as dinâmicas históricas, filosóficas e sociais que moldam nosso mundo. Aproveite a leitura e permita-se refletir sobre as importantes questões levantadas por esta obra.

Organizadores

Thiago Cedrez da Silva
Elvis Silveira Simões
Edgar Avila Gandra

ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E A SÍNDROME DE *BURNOUT* EM PROFESSORES¹

Autores:

Enio Souza Sieburger²

Odilon Leston Júnior³

José Bonifácio Alves da Silva⁴

RESUMO: O presente capítulo abordará a síndrome de burnout e seus efeitos na classe trabalhadora dos professores e demais profissionais vinculados a área educacional. Abordando suas principais causas e efeitos no cotidiano escolar e como esta síndrome afeta diretamente estes profissionais, bem como, verificar o papel do orientador educacional e o auxílio, deste profissional, em determinadas situações.

PALAVRAS-CHAVE: Síndrome de Burnout, Orientação Educacional, Professor e Trabalho.

¹ Este trabalho capítulo de livro apresentado, é um recorte do trabalho acadêmico de conclusão de curso, apresentado por Enio Souza Sieburger, em sua especialização em Orientação Educacional.

² Possui graduação em História pela Universidade Federal de Pelotas (2011), em Pedagogia - Centro Universitário Internacional Uninter (2018) e Geografia pelo Centro Universitário Internacional Uninter (2020). Especialização em Psicopedagogia Institucional pelo Instituto Educar Brasil (2013), Orientação Educacional - Instituto Educar Brasil (2015). Especialização em Atendimento Educacional Faculdade São Luis (2023). Atualmente é acadêmico do mestrado em História da Universidade Federal do Rio Grande-FURG.

³ Possui Graduação em História Licenciatura pela Universidade Federal de Pelotas (2010), Mestrado em Política Social pela Universidade Católica de Pelotas (2013), Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (2019), Pós-Doutor em Educação pela Universidade de Brasília (2020), atuando principalmente nos seguintes temas: Brasil, Educação, Livro Didático, Jornais, Transferência de Renda e América Latina.

⁴ Licenciado em História (2010) pela Universidade Católica Dom Bosco, mestre em Educação (2013) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica Dom Bosco (PPGE-UCDB) e doutor em Educação (2018) pelo PPGE-UCDB. Fez estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Educação da Fundação Universidade Regional de Blumenau (PPGE-FURB) com bolsa do Programa Nacional de Pós-Doutorado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PNPD-CAPES), foi coeditor da Revista Atos de Pesquisa em Educação e participou do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da FURB.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho buscou fazer uma reflexão sobre as funções do Orientador Educacional, a Síndrome de *Burnout*, e seus efeitos sobre os Professores. Partiu-se da hipótese de ser possível ao Orientador intervir com ações que possibilitem auxiliar os docentes acometidos por esta enfermidade adquirida em função do trabalho.

Mediante uma revisão bibliográfica, foram consultados alguns artigos que trataram sobre a Síndrome em si, e seu efeito nos trabalhadores, em que pese a constatação da quase inexistência de pesquisas vinculando a figura do Orientador quer enquanto agente facilitador, quer igualmente como vítima da doença laboral, o que se constitui em uma motivação para este trabalho: a precariedade de publicações neste aspecto.

A motivação para o desenvolvimento deste trabalho é a crença de que nós, enquanto Orientadores Educacionais, podemos nos envolver e colaborar mais efetivamente em busca da solução desse problema, uma vez que somos preparados para lidar com conflitos.

Portanto, é urgente e imprescindível a compreensão de que os Professores carecem e merecem alguma espécie de assistência, acompanhamento e apoio mais pontual neste âmbito. O Orientador Educacional é a pessoa indicada para intervir de maneira a promover melhorias aos Professores acometidos pela Síndrome de *Burnout*.

SÍNDROME DE BURNOUT

A primeira vez que o termo *Burnout* foi utilizado, no ano de 1953, referia-se ao estudo de caso que discorria sobre a problemática de uma enfermeira desiludida com seu trabalho conforme aponta estudo de Schwartz & Will (1953 apud CARLOTTO & CÂMARA, 2008). Mas foi a partir da publicação: *Staff Burn-out* do psicólogo alemão Herbert Freudenberger (1974), que os estudos se intensificaram descrevendo as características e prováveis motivos que levam ao acometimento da doença que é considerada como desgaste excessivo de energia e recursos entre os profissionais que exercem atividades que têm por natureza o envolvimento direto e emocional com seus clientes.

A origem do termo é proveniente do inglês a partir da junção de dois vocábulos: *Burn* que significa queimar e *Out*, significando por sua vez, fora, exterior. Traduzindo-se literalmente como: queimar para fora, ou consumir-se ou ainda, uma combustão completa iniciada com aspectos psicológicos culminando em problemas físicos que comprometeriam o desempenho da pessoa. Jbeili (2008). Muitas vezes a origem da palavra pode confundir o leitor, induzindo-o a pronunciar equivocadamente: “*Burnô*”, como tratando-se de algum sobrenome familiar, o que é comum ao descrever alguma patologia, citando exemplos de casos.

O mesmo autor caracteriza a palavra Síndrome como “um fenômeno caracterizado por um conjunto de sinais e sintomas de causas diversas, podendo ser de ordem psicológica ou de ordem física e, variavelmente, psicofísicos.”(JBEILI, 2008).

Alguns autores definiram, portanto, Síndrome de *Burnout* como doença que afeta pessoas que trabalham diretamente com situações assistenciais, que têm contato direto com outros seres humanos e a sua natureza complexa, entre esses profissionais está o Professor. (MASLACH, 1998; GOLEMBIEWSKI, 1999; MURFOSE *et.al*, 2005, apud TRIGO *et.al*, 2007).

Para os autores supracitados a Síndrome de *Burnout* é um conceito que envolve três fatores:

- 1º Exaustão emocional, despersonalização, e a reduzida realização profissional;
- 2º A exaustão emocional se refere à incapacidade do profissional para enfrentar problemas do cotidiano pelo sentimento de esgotamento;
- 3º A despersonalização se refere ao sentimento de distanciamento e indiferença do Professor ao tratar com os alunos.

E, a reduzida realização profissional está diretamente ligada ao sentimento de frustração diante das condições precárias de trabalho e das constantes exigências que sofre.

A combinação desses fatores resulta em desmotivação e baixa autoestima, e intensificam os efeitos nocivos que desencadeiam em prejuízo para a saúde do Professor. Maslach & Jackson, (1981 apud Silva & Carlotto, 2003).

Como um agravante na identificação desta patologia, existe também o desconhecimento uma diferenciação conceitual básica entre o que é burnout e o que é stress, enquanto enfermidades adquiridas em decorrência do trabalho.

Burnout envolve atitudes e condutas negativas com relação aos usuários, clientes, organização e trabalho, é assim, uma experiência subjetiva, envolvendo atitudes e sentimentos que vêm acarretar problemas de ordem prática e emocional a trabalhador e organização.

Stress por outro lado, é um esgotamento pessoal com interferência na vida do indivíduo e não necessariamente a sua relação com o trabalho. (FERREIRA, 2001, p. 23).

Segundo a mesma autora, a consequência desta confusão incide no fato de nem sempre os médicos conseguem diagnosticar precisamente esta doença, atendo-se mais aos sintomas do que a causa em si. (idem, p.24).

Em uma perspectiva discordante de toda a bibliografia que foi consultada para este trabalho, Aícia Fernandes, chama a atenção para o fato da "(...)"suposta" existência de uma síndrome que acomete Professores e Professoras: a síndrome de *Burn-out* e chamado sem pudor nenhum como "a enfermidade profissional do século XXI".(FERNANDEZ, 2012, p.221). A autora é enfática em lembrar que o aparecimento da "suposta síndrome"(sic) é contemporânea do apogeu em nível mundial do neoliberalismo, grande responsável por submeter os docentes a situações de trabalho, onde haveria uma paulatina desautorização de suas autorias.(idem, p. 221). Ainda segundo Fernandez, a maioria dos estudos detêm-se ao caráter descritivo sem propor efetivamente, mudanças que poderiam ter um efeito mais significativo perante a situação como por exemplo: repensar a formação acadêmica dos docentes em nível de graduação, aproximando-a da realidade existente em decorrência das atuais transformações sociopolítico-econômicas em voga. (FERNANDEZ, 2012, p. 222-223).

A Síndrome de *Burnout*, que no Brasil é conhecida como Síndrome do Esgotamento Profissional, está classificada com o código Z73.0 (Classificação de transtornos mentais e de comportamento da CID-10, 1993, p.301), integrando a Lista de Doenças Profissionais, Relacionada ao Trabalho (Ministério da Saúde, Portaria nº 1330/1909) 24.(sic). Campos (2008, p.53).

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PROFESSOR

O Brasil, país que se desenvolveu a sombra do monopólio e exploração, conta com uma história, na área da educação, precária desde sua implantação. Ainda, na atualidade, sentimos os reflexos da estratégia de dominação das classes detentoras

de poder, em que a ignorância da sociedade é fundamental para a manutenção da ordem diante da governabilidade que não prioriza o desenvolvimento da nação, senão o seu próprio.

Destarte, as escolas de nosso país, até esse tempo, se mantêm de maneira precária tornando insatisfatórias as condições de trabalho do Professor. As dificuldades encontradas pelo Professor no desenvolvimento de sua atividade são diversas e vão desde a falta de material didático, grupos com grande número de alunos, até salas de aula que não contemplam necessidades mínimas de adequação ao processo de ensino/aprendizagem.

Além de todos os problemas e obstáculos com que o educador se depara diariamente ao exercer suas atividades, a remuneração que percebe não condiz com a nobreza de sua função, com a singularidade da profissão, uma vez que é o alicerce para que qualquer outra profissão venha a existir. O salário do Professor é desmoralizante e não profere a dignidade de sua atividade. A questão salarial é de tal importância, que não passa despercebida para Paulo Freire, que considera “não só um direito, mas um dever, a reivindicação de salários mais dignos, além de entender essa luta como parte da prática docente enquanto prática ética. (FREIRE, 2013, p. 65).” Ademais, para suprir suas necessidades financeiras, o docente submete-se a jornada dupla de trabalho, de maneira que todos os complicadores se multiplicam proporcionalmente.

O ALUNO E O PROFESSOR

Os modelos educacionais com enfoque desenvolvimentista, conforme Giacaglia & Penteado (2010, p.14) fundamentam o fazer pedagógico atual, colocando em foco o aluno visando seu desenvolvimento potencial e sua felicidade. As atenções estão totalmente direcionadas ao aluno e em virtude dessa perspectiva, o Professor deve ser muito mais do que um transmissor de conhecimentos, Morin, (2011, p.15); Antunes (2013, p. 31); Freire (2013, p. 47). Espera-se que o educador esteja habilitado a educar o aluno - uma vez que os pais estão cada vez mais negligentes quanto ao seu papel de educador - e, por isso mesmo a relação entre escola/Professor com familiares dos alunos, muitas vezes se apresenta de forma problemática e estressante pela falta de envolvimento dos pais no processo educacional, pois acreditam que a escola e o Professor são os únicos responsáveis pela educação de seus próprios filhos, Carlotto (2002).

Almeja-se que no exercício de suas funções, o docente seja talentoso e eficiente para resolver os problemas sociais e afetivos do aluno, que esteja capacitado a suprir carências e preparado para solucionar os inúmeros conflitos que surgem em sala de aula. Não ignorando a existência de outras situações inusitadas, que não possuem uma “receita de bolo”, insólitas, portanto, que insistem em habitar o cotidiano escolar.

O aluno, por sua vez, apresenta-se fragilizado em decorrência da ausência de afeto e suporte estrutural na família. Os valores que formam o caráter do ser humano e que devem ser transferidos pelos familiares estão sendo esquecidos e coisificados - quando são substituídos por objetos que os pais oferecem aos seus filhos como forma de remediar suas exiguidades. Dessa maneira é crescente a indisciplina do aluno em sala de aula, a desconsideração e desrespeito ao Professor e à dignidade de seu esforço e dedicação.

Além dessas questões já preocupantes, ainda há implementação de consecutivas reformas educacionais - que sofrem pressão política em busca de resultados imediatos – e que são impostas sem tempo hábil para preparação adequada e prévia dos profissionais da educação e tampouco para compatível

adaptação das condições estruturais e administrativas das escolas, que já estão subsistindo de maneira insatisfatória. A reforma atual (LDB 9394/96) propicia a progressão do aluno e privilegia o avanço de ciclo independente das reais condições desse aluno, de maneira que é preciso analisar se esses recursos não estão contribuindo para a diminuição de interesse e empenho por parte do aluno, uma vez que este último é conhecedor desses favorecimentos.

O ADOECIMENTO DO PROFESSOR

Ao analisar a sobrecarga de trabalho imposta aos docentes, as péssimas condições de trabalho que enfrentam, as expectativas e responsabilidades, que não só a escola, mas principalmente a sociedade atribui aos Professores, as reformas instituídas pelos governos sem ajustes precedentes, a desvalorização de sua nobre atividade com salários descabidos, a falta de interesse por parte dos alunos “(...) contudo está na relação aluno-professor a maior fonte de oportunidade de estresse e *Burnout*, bem como de grandes oportunidades de recompensas e gratificações, (CARLOTTO, 2002, p. 26)” e o desrespeito crescente em sala de aula, fica transparente o desencadeamento do quadro que leva ao adoecimento dos educadores. A combinação dos elementos elencados desafia o Professor diariamente e a falta de perspectivas com vistas a transformações construtivas e crédulas complementa o quadro desastroso e irreversível rumo ao esgotamento de energias e recursos.

Pode-se concluir desta forma, que o docente descobre estar cercado de problemas que o afetam nos mais variados níveis: baixa remuneração e conseqüente proletarização, perda crescente de prestígio no tocante à sua profissão, crescentes conflitos com os alunos, condições de trabalho inadequadas, cobranças constantes por parte de equipes gestoras e supervisoras e a imposição verticalizada das diretrizes das mantenedoras no que se refere às políticas públicas de educação. Não é de se estranhar, portanto, que sua saúde se encontra em xeque. Com efeito, esta situação não é recente, uma vez que já havia atraído a atenção de Tânia Zagury, na década de 90. Ao referir-se sobre os crescentes problemas surgidos das transformações nas escolas, nos diz a autora:

O primeiro deles e talvez o mais importante é o próprio desprestígio com que o ensino e os Professores são tratados, em termos de política de governo. Mudam os partidos no poder, mas a situação continua a mesma. Salários achatados, *status* diminuído, cursos de formação de qualidade questionável, desprestígio profissional, enfim, uma série de fatores contribui para que a auto-estima do Professor esteja muito, muito baixa. Basta ver o crescente percentual de evasão de profissionais na área. Quem pode fazer outra coisa, vai fazer outra coisa. (ZAGURY, 1996, p. 46).

A prevalência das decisões verticais, muitas das quais, baseadas em uma crescente política de caráter neoliberal - que trata da educação como meros números - faz cair por terra aquele “algo a mais”, traduzido como motivação, que é característica no início da carreira docente. Reinhold (2002 apud Silva, 2006), descreve as fases da síndrome de *Burnout*: **fase do idealismo**, onde existe entusiasmo e muita energia; na **fase do realismo**, existe a percepção da distância entre o ideal e a realidade, surgem frustração e intensificação de seu trabalho, decorrendo em cansaço, desilusão; **fase da estagnação e frustração**, onde surge a fadiga crônica, irritabilidade; **fase do *Burnout* total**, onde aparecem desespero, auto-estima em declínio e até mesmo depressão. Isto tudo acompanhado de uma possível perda de noção de sentido do trabalho e da própria vida.

ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL E A SÍNDROME DE *BURNOUT*

Após conhecer a história do orientador educacional percebe-se que esse profissional surgiu no cenário escolar com intuito direto de acomodar o aluno aos moldes pretendidos pela sociedade, tanto na questão de comportamento como na de vocação profissional. Entretanto, com as mudanças ocorridas nos cenários social, econômico e político do país o Orientador Educacional compreendeu que sua participação na construção de uma nova sociedade poderia e deveria ser maior e realmente efetiva.

O Orientador Educacional, por sua própria formação, está capacitado a dar suporte a todos que fazem parte da comunidade escolar, desde alunos e gestores a Professores.

O orientador pela acolhida e diálogo franco pode ajudar o Professor a interpretar os signos, as várias – complexas e, por vezes, contraditórias e doloridas – manifestações da existência e do trabalho. A grande busca humana é a de atribuição de sentido; quando isto falta, o sofrimento advindo de uma determinada situação que se está vivendo é ainda maior. (VASCONCELOS, 2006, p. 77).

Orientador Educacional consegue perceber que, assim como os alunos têm seus conflitos e anseios, também os profissionais da educação - todos - passam por questões complexas durante suas atividades e necessitam de acompanhamento e assistência, a fim de que não só a integridade do Professor seja mantida, mas também o funcionamento da máquina educacional siga adequadamente operativo em sua totalidade.

Atualmente, os papéis dos profissionais da educação estão mais intrincados e multifacetados o que, naturalmente desencadeia sobrecarga das atividades laborais e das condições emocionais. Se as funções do Orientador Educacional não se limitam à assistência aos alunos, as funções do Professor também estão muito além de simplesmente ensinar conteúdos de disciplinas a seus alunos. No presente trabalho já houve discussão acerca dos múltiplos motivos que levam os educadores ao adoecimento - que vão desde indisciplina e desinteresse por parte do aluno, bem como ausência de condições ideais de trabalho – entre elas, falta de material, estruturas precárias, turmas com número grande de alunos – até a questão da falta de reconhecimento de seu trabalho mediante um salário medíocre, além da jornada dupla.

É oportuno acrescentar que, em alguns casos, o profissional que é Professor em um turno é Orientador Educacional em outro turno, de tal sorte que este último é sabedor dos problemas que o docente enfrenta por sua própria experiência. A afirmação pode ser confirmada em alguns estudos de caso, nesta situação, de uma dissertação de Denise Ferreira (2001) que constata:

Entre as condições relacionadas ao trabalho investigadas na pesquisa junto aos orientadores educacionais, verificou-se que 56% destes trabalhadores exercem outra atividade remunerada além da função de orientador educacional. Ter um outro trabalho aumenta a carga intelectual, tanto entre os que trabalham 20 horas quanto entre os que trabalham 40 horas semanais. Além disso, entre estes, 65% desenvolvem a atividade de Professor. (FERREIRA, 2003, p. 16-21)

Desta forma, Ferreira (2003, op.cit) nos chama atenção para o fato que existe a possibilidade da *Síndrome de Burnout* atingir igualmente, aos orientadores educacionais.

Quando o Orientador Educacional sente o produto de seu trabalho como não importante, aumenta a desmotivação, com ela a frustração e instala-se o sentimento de *burnout*. Sentimento que se expressa quando certos recursos pessoais do orientador educacional são perdidos ou tornam-se inoperantes para atender as necessidades da comunidade escolar, ou não propiciam retorno esperados, como por exemplo: pode-se falar da discrepância entre o que o orientador fornece de si (o que ele investe no trabalho) e aquilo que ele recebe como o reconhecimento do empregador, bons resultados no comportamento disciplinar e de aprendizagem dos alunos, bem como, um corpo docente filosoficamente e metodologicamente harmônico. (FERREIRA, 2003, p. 32).

Basicamente, pode-se pensar que se os orientadores também estão sujeitos a serem vitimados pela *Síndrome de Burnout*, com a diferença de possuírem melhor preparo e olhar mais atento para lidar com isto, outros atores dentro do microcosmo escolar igualmente podem estar sujeitos às mesmas circunstâncias, como a equipe gestora, por exemplo, o que nos remete a conclusão de serem necessários estudos que contemplem estas outras categorias funcionais dentro dos estabelecimentos de educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando-se a recente produção referente à *Síndrome de Burnout* no Brasil, e a quase inexistência de estudos que cumpram uma função de orientar o orientador sobre o tema, buscou-se mediante este trabalho ampliar os horizontes e possibilidades para a Orientação Educacional mediante um breve levantamento e revisão bibliográfica, correlacionados ao tema.

O trabalho focou-se no processo que acarreta o adoecimento dos educadores, como consequência das condições de laborais. Aprofundamos o estudo apresentando suas relações com alunos, equipe gestora, e o processo de desencantamento que é observado com suas devidas fases: idealismo, realismo, estagnação/frustração e *burnout* total.

Os atuais vínculos existentes entre aluno-professor também são objeto de análise mediante as mudanças ocorridas na pós-modernidade, a mudança de paradigmas pedagógicos que de certa forma puseram o Professor de fato à margem das decisões, focando-se praticamente no aluno como elemento principal e único da educação. Na minha opinião, não compartilho desta ideia, pois entendo que o principal na educação é a educação em si, onde alunos, Professores e demais atores são integrantes de um processo pedagógico sem protagonistas. Ou seja, atores sociais inter-relacionados.

São apresentadas algumas sugestões em caráter preventivo para a conservação da saúde laboral docente, bem como se aponta a necessidade urgente de uma reflexão e caminhada em torno de um paradigma (holístico no caso) que consiga criar vínculos positivos⁵.

O Orientador Educacional entende que seu dever vai além de simplesmente resolver conflitos de conduta ou dificuldades de aprendizagem dos alunos, ele sabe que pode auxiliar os alunos a serem mais observadores das distintas realidades existentes, mais questionadores e curiosos a respeito dos acontecimentos políticos,

⁵ Vide: Teoria dos vínculos de Enrique Pichón-Rivière.

econômicos e sociais para que se tornem críticos e percebam que a mudança começa em cada um e parte de cada um na pretensão de modificar efetivamente as dificuldades e problemas individuais e coletivos.

Por muitas vezes atuar enquanto Professor, ou mesmo por excesso de carga de trabalho e outros fatores que foram arrolados condizentes à carreira docente, constata-se que também os orientadores educacionais estão sujeitos a mesma síndrome.

Buscou-se, portanto, ampliar a contribuição da Orientação Educacional, concluindo igualmente sobre a necessidade de mais estudos não somente envolvendo orientadores educacionais como, também outros setores integrantes de uma escola, como equipe gestora, e demais servidores, todos em conjunto, peças fundamentais para a promoção sem protagonistas, da principal função de uma escola...promover a educação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Celso. **Professores e Professauros: reflexões sobre a aula e práticas pedagógicas diversas**. 7ª ed. Petrópolis, RJ, VOZES, 2013.

BARDIN, Laurence., **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BATISTA, J. B. V. Síndrome de Burnout em Professores do ensino fundamental: um problema de saúde pública não percebido. Recife, FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ, **Tese de Doutorado**, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Capitalismo Parasitário: e outros temas contemporâneos**. Rio de Janeiro, ZAHAR, 2010.

BÖCK, V.R.; SARRIERA, J.C. O grupo operativo intervindo na síndrome de Burnout. In: **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE)**. Campinas, v.10. n.1, jan/jul., pp.31-39, 2006.

BRASIL. Decreto n. 72.846 de 26/09/73. Regulamenta a Lei 5.564 de 21 de dezembro de 1968, que provê sobre o exercício da profissão de orientador educacional. **Diário Oficial da União**. 27/9/73, Seção 1, pg. 9746.

CAMPOS, D. A. Z. Síndrome de Burnout: o esgotamento profissional ameaçando o bem-estar dos Professores. Presidente Prudente, UNOESTE, **Dissertação de Mestrado**, 2008.

CARLOTTO, M.S. A síndrome de burnout e o trabalho docente. In: **Psicologia e Estudo**, Maringá, v. 7, n.1, pp. 21-29, jan./jun. 2002.

CARLOTTO, M.S.; CÂMARA, S.G. Análise da produção científica sobre a Síndrome de Burnout no Brasil. In: **Psico**, Porto Alegre, PUCRS, v.39, n.2, pp. 152-158, abr./jun. 2008.

CASTRO, F.G.; ZANELLI, J. C. Síndrome de burnout e projeto de ser. In: **Cadernos de Psicologia social do Trabalho**, São Paulo, USP, v. 10, n. 2, pp. 17-33, dez. 2007.

FERNÁNDEZ, Alícia. **A atenção aprisionada: Psicopedagogia da capacidade atencional**. Porto Alegre: Penso, 2012.

FERREIRA, Denise. A Síndrome de *Burnout* e o retrado da realidade da profissão do Orientador Educacional na rede pública de ensino do Estado do Paraná. **Dissertação de Mestrado**. Curitiba: Universidade de Extremadura/ FAESP/IPCA, 2001.

FRANÇA, H.H. A síndrome de *burnout*. REVISTA BRASILEIRA DE MEDICINA, v. 44 n. 8, p. 197-199, 1987. Disponível em :< <http://www.scielo.br/pdf/pe/v7n1a03.pdf>> acesso em 20 junho 2015.

FREGTMAN, Carlos D. **Holomúsica: um caminho de evolução transpessoal**. São Paulo, CULTRIX, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**, 44^a ed. Rio de Janeiro, PAZ E TERRA, 2013.

FREUDENBERGER, Herbert J. Staff burnout. Journal of Social Issues. New York, v. 30, p. 159-165, 1974. Disponível em: <<http://www.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1540-4560.1974.tb00706.x/abstract>> acesso em 09 ago 2015.

GIACAGLIA, L.R.A; PENTEADO, W. M. A. **Orientação Educacional na Prática: princípios, histórico, legislação, técnicas e instrumentos**, 6^a ed. São Paulo, CENGAGE LEARNING, 2010.

GRINSPUN, Mírin P.S. **A Orientação Educacional: conflito de paradigmas e alternativas para a escola**. 5^a ed. São Paulo, CORTEZ, 2011.

JBEILI,Chafic. Burnout em Professores: Identificação, tratamento e prevenção. **Cartilha Informativa de prevenção à Síndrome de Burnout** . Sinpro-Rio, 2008. Disponível em: <<http://www.chafic.com.br>> acesso em 13 abr 2015.

MARIANO, M.S.S.; MUNIZ, H.P. Trabalho docente e saúde: o caso dos Professores da segunda fase do ensino fundamental. In: **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, Rio de Janeiro, v.6 n.1, pp. 76-88, 2006.

MAZON, V., CARLOTTO, M. S., & CÂMARA, S. G. (2008). Síndrome de Burnout e estratégias de coping em Professores de escolas municipais da área urbana de uma cidade do litoral norte do Rio Grande do Sul. In: **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, UFRJ, n.1.v.60,pp.55-66, 2008.

MINAYO, Maria C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12^a ed. São Paulo: Aderaldo & Rotschild, 2010.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2^a ed. São Paulo, CORTEZ, 2011.

PICHÓN-RIVIÈRE, Enrique. **Teoria do Vínculo**. 7ª ed. São Paulo: MARTINS FONTES, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estud. av.**, São Paulo. v. 2, n. 2, p.46-71, Aug, 1988. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?=sci_arttext&pid=SO103-40141988000200007&lng=en&nrm=iso> acesso em 04 mai 2015.

SAWITZKI, R. C. ; LORENZETTI, J. V. ; LOCATELLI, P. A. P. ; BRUNETTA, N. . Intervenções das organizações escolares em relação à Síndrome de Burnout: um estudo de caso na rede privada de ensino do Rio Grande do Sul. In: **EnANPAD 2012**, 2012, Rio de Janeiro. EnANPAD 2012, 2012.

SILVA, G. N.; CARLOTTO, M.S. Síndrome de Burnout: um estudo com Professores da rede pública. In: **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, UEM, n. 2, v.7, pp. 145-153, 2003.

SILVA, M.E.P. Burnout: por que sofrem os Professores? In: **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, UFRJ, n.1, v.6, 1º sem., pp.89-98, 2006.

SPIVAKOSKI, L.S.S. Mal-estar docente: prevenção e políticas públicas: In: **PARA NÁ. Secretaria de Estado da Educação**. Superintendência de Educação. O Professor PDE e os desafios da escola pública paranaense, 2007. Curitiba: SEED/PR.,v.1, 2011.

TRIGO, T. R. et. al. Síndrome de Burnout ou estafa profissional e os transtornos psiquiátricos. In: **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, USP, v. 5, n. 34, pp. 223-233, 2007.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho Pedagógico: do Projeto Político pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad editora, 2006.

ZAGURY, Tânia. **O adolescente por ele mesmo**. Rio de Janeiro, RECORD, 1996.

O CONTROLO POLITICO DAS INSTITUIÇÕES NO SISTEMA JURÍDICO MOÇAMBICANO

Frei Elias Mouzinho João Walata , O. de M⁶

Resumo: O regime democrático do Estado moçambicano implica a consagração da supremacia da lei constitucional em vigor em Moçambique, a quem todos devem obediência, devendo os Poderes Políticos, em nome da comunidade política, prosseguir os fins a que o Estado se propõe realizar. Dentro deste sistema político e democrático, há existência das elites que exercem um forte controlo das instituições públicas, facto que mina a integridade pública/ética governativa, abrindo espaço para as práticas de corrupção, perpetuação da pobreza e das desigualdades sociais, que constituem fatores chave para crises política, social e económica que se vivem actualmente no país, de que são exemplos as manifestações que se têm assistido. Assim, o presente artigo tem por objectivo analisar os mecanismos de controlo político das instituições públicas em Moçambique. Com efeito, recorreu-se a um estudo de natureza bibliográfica, com base no método hermenêutico, aliada ao método, método hipotético-dedutivo, com base qualitativa. Como resultado do artigo infere-se que para a consolidação do Estado de direito e da democracia em Moçambique é indispensável a separação e ingerência dos poderes.

Palavras-Chave Estado, Justiça; Controlo político; Ingerência de Poderes e Independência do Poder judicial.

⁶ Mestrando em Direitos Humanos, Justiça e Paz na Universidade Católica de Moçambique. licenciado em Filosofia e Teologia. Email:freliasmouzinho307@gmail.com

Introdução

Discutir este tema, num contexto de crises e no momento das irregularidades eleitorais, é uma tarefa complexa e desafiante, pois, toda conjuntura do sistema político e judicial moçambicano é marcado por crises, dependência e conflitos que têm várias razões, desde étnicos e políticos, as fragilidades políticas e económicas que tornam o sistema permeável a pressão e controlo por partes das elites.

O processo de construção da democracia não pode menosprezar os fatores anteriormente referidos, entre outros, associados as injustiças, as violações de direitos humanos, as desigualdades extremas entre os governantes e o povo, a corrupção e a ambição pelos mandatos ilimitados na nos gestores públicos. Trata-se de situações em que as eleições são realizadas periodicamente, mas numa forma falaciosa porque não é apenas pelo pluripartidarismo e realização de eleições que se efetiva a democracia, mas pelo respeito pelos direitos humano e justiça. E como tudo gira em torno do Estado, é importante se questionar o que é o Estado e qual é o seu fim?

A palavra Estado vem do latim *Status* que significa estar firme ou ainda a permanência de uma situação de convivência humana ligada à sociedade política. Na verdade, muitos estudiosos procuram discutir sobre o conceito de Estado. Foi com Max Weber que o conceito Estado ficou mais claro, segundo a teoria Weberiana o Estado é a instituição política dirigida por um governo soberano, que reivindica o monopólio do uso legítimo da força física em determinando território, subordinado aos membros que nele vivem” (MAX WEBER, 1982, p. 98). Para este filósofo, qualquer uso de força que não seja do Estado, ela é ilegítima, daí é ilegítimo o controlo político e judicial das instituições, sobretudo o sistema jurídico.

Dessarte, para os liberalistas, como é o caso do filósofo Jean-Jacques ROSSEAU, entendem que “o Estado surgiu para mediar conflitos entre divergentes grupos sociais para alcançar a harmonia entre os grupos rivais e preservar os interesses do bem comum” (ROUSSEAU, 1964, p. 89). Para os marxistas, o Estado não é um simples mediador de conflitos daqueles que protagonizam uma luta de classes, mas sim uma instituição que interfere na luta de modo quase imparcial, que toma partido das classes dominantes e garante o domínio de outras classes. É desta concepção irónica do Estado que a reflexão se torna pertinente nesta pesquisa. Os marxistas defendem a ideia de que as elites ou grupos dominantes têm autoridade de controlar não só o Estado, mas também todas as instituições públicas. As instituições do Estado são entendidas como galinhas que produzem ovos de ouro, que beneficia apenas um

pequeno grupo. Deste modo, o poder político, torna-se o mais apetitoso dos poderes para o controlo dos demais poderes. Na visão de ARISTÓTELES, a política não é assim percebida como a busca dos interesses e controlo das instituições pelas elites. “A política é tudo aquilo que trata do interesse da comunidade e não duma elite” (ARISTÓTELES, 1998, p. 67).

Para ARENDT (2002, p. 8) esta busca do bem comum é feita a partir do pressuposto de poder. Assim, o poder político é uma tentativa de compreensão do fenómeno político como exercício da pluralidade de “convivência entre diferentes”). Assim sendo, o poder político faz o que um indivíduo isolado não é permitido fazer no Estado de direito. Dessa “desigualdade” entre os que podem e não podem surgem sempre um conflito entre o povo que são a maioria e os que podem (elites) minoria.

Olhando para o sistema judiciário moçambicano, de forma intuitiva e reflexiva, uma pergunta vem à mente: quais são os mecanismos a serem usados para que se possa impedir a ingerência do poder executivo e político no sistema judiciário? Esta é a pergunta geradora de toda reflexão. Para tal, o artigo foi organizado em três pontos, nomeadamente: O primeiro, trata do estado atual da democracia e o poder judicial moçambicano; o segundo fala do controlo político das instituições em Moçambique; finalmente, no terceiro ponto, possíveis soluções para minimizar o controlo político no sistema judiciário.

O ESTADO ACTUAL DA DEMOCRACIA EM MOÇAMBIQUE

A democracia significa, etimologicamente, governo do povo. “É uma palavra originária do Grego, onde “*demos*” significa povo e “*kratos*” designa o poder político” (GOVEIA, 2010, p. 869). Para UCAMA, este “poder do povo” tem sido colocado mesmo como uma das formas de limitação e do controlo poder político, por ser exercido por pessoas, que tomam muitas vezes ritmos desagradáveis à convivência humana” (UCAMA, 2013, p. 32). De facto, a democracia nasceu como forma de contraste às outras formas de governo, em que o poder é centrado numa pessoa, tal como a monarquia absolutista e a oligarquia. Apesar dessa oposição, podem-se encontrar várias formas de democracia, porém pode-se ilustrar duas formas básicas, a primeira é a directa, em que todos os cidadãos elegíveis têm participado direta e ativamente na tomada de decisões do governo e, a outra, é a representativa, em que todo corpo elegível permanece com o poder executivo, mas o poder político é exercido indiretamente por meio de representantes eleitos.

PLATÃO “pensa que a democracia como um sistema político tem como fim último levar o homem ao bem comum e à justiça” (PLATÃO, 2006, p. 74). No entanto, ARISTÓTELES toma a democracia como um perigo para *polis*, por ele basear-se na ideia da maioria. Já para os filósofos da Idade Média, a democracia tinha como princípios básicos os seguintes fundamentos judaicos: a) Deus não faz nenhuma distinção entre os seres humanos: neste princípio, identifica-se com o direito de igualdade que tanto se fala na democracia, de que todo o cidadão é igual perante a lei. b) Todo o homem é guarda do seu irmão, isso implica que de uma ou outra maneira nós somos responsáveis pelas faltas e necessidades do próximo. Já a democracia moderna torna-se visível com a presença dos Direitos Humanos e a representação política pela qual o povo, por meio do voto, elege seus representantes, passando-lhes uma procuração tácita com poderes de mando para a representação de seus interesses. Tendo como aporte negativo da democracia moderna a representação e, com positivo, os Direitos Humanos que impulsionaram as reivindicações.

Emergência da Democracia em Moçambique

O período após a independência identificou-se pela caracterização de estatuto do Estado e da forma governamental, onde todos os esforços estavam virados na formação do homem novo, revestido de direitos e deveres. A sua implementação chegou tarde, devido aos vários desafios que interpelavam o povo moçambicano ao nível político, sociocultural e económico. Segundo NGOENHA “a democracia em Moçambique começa, depois da independência. Foi neste ângulo em que os moçambicanos começaram a ser protagonistas, autores da sua própria história” (NGOENHA, 1993, p. 11). Mas a democracia que submergia nesta época era uma democracia popular, conhecida como regime Comunista, caracterizando-se pelo monopartidarismo, coletivização da terra, centralização do plano económico, priorização das indústrias de base e, perseguição e eliminação de qualquer dissidência. Como disse Samora Machel JUNIOR “por todo Moçambique o clamor do povo é de desacordo perante os atropelos flagrantes à integridade das escolhas feitas pelos eleitores durante o processo das eleições autárquicas do último dia 11 de outubro de 2023” (JUNIOR, 2023, p. 6).

Ainda assim, o problema da democracia não é redutível a uma simples questão de eleições de partidos ou de presidentes, mas “implica antes de mais, dar o espaço ao povo nas decisões dos problemas fundamentais que lhe dizem respeito, e nos

mecanismos jurídicos, para que tenha um controle real sobre realidade política, económica e social. (Ibidem, p. 9). Depois das últimas eleições, pode-se afirmar que, falar da democracia é escutar a vontade do povo. Sem embargo, há um grupo de políticos que não aceitam que essas vozes sejam respeitadas. “É lamentável que, em momentos cruciais da nossa vida como são as eleições, interesses pessoais e de grupo se sobreponham ao desiderato coletivo” (JUNIOR, 2023, p.7).

Segundo NGOENHA, a democracia exige respeito à diferença de ideias, de opiniões e de culturas, à consequente igualdade na diferença e respeito pelas instituições, num poder legitimado. Na mesma perspectiva, MAZULA toma a democracia como o reconhecimento de que o outro pensa diferentemente de mim. “É a aceitação desse pensar diferente e reconhecimento do valor dessa diferença de pensar” (MAZULA, 2000, p. 45). Portanto, cirurgicamente significa aceitar que ninguém tem o monopólio da verdade e que é preciso operar as minhas resistências para encontrar verdade, também noutro que pensa. “A democracia respeita as minorias e trabalha com e para elas. Há no poder político uma tendência de recusar a existência da minoria”. (MAZULA, 2000, p. 45). Todos somos sujeitos com direitos, tanto de decisão quanto de expressão, direitos estes que devem ser observados e privilegiados como suporte do verdadeiro Estado de direito e de justiça.

Ao fim dessas eleições, ficou claro que o sistema político moçambicano se caracteriza pelo domínio do partido no poder, quer dizer que o grito do basta do povo criou confusão nas elites do partido Frelimo ao invés de resolver problemas dos moçambicanos. Dessarte, só pode haver Estado de Direito se garantir o seu fim último à proteção dos Direitos Fundamentais, e isto exige uma clara separação dos poderes ou órgãos do Estado do controlo das elites do poder político.

Assim sendo, a democracia feita em Moçambique, se caracteriza pelo o não combate à concorrência entre elites para a conquista do voto, pela a falta de educação para a cidadania, o surgimento do voto clientelar, o crescimento do aparato burocrático e o desprezo aos ideais, especialmente a tolerância, a não-violência, a renovação social e a irmandade. De facto, a democracia moçambicana se tornou um oásis para o individualismo, sendo de suma importância à blindagem dos governantes para evitar desvios, no exercício do poder. Afinal, usar os meios públicos para se perpetuar no poder e para promover interesses privados e individuais é modo de fazer uso indevido da liberdade democrática.

Os Dilemas do Poder Judicial moçambicano

Em Moçambique muito tem sido feito para garantir a proteção dos Direitos Fundamentais e, conseqüentemente, para a construção e a materialização do princípio do Estado de Direito. O primeiro esforço foi dado com a primeira grande revisão constitucional de 1990. Esta Constituição consagrou, Moçambique como um Estado de Direito, estabeleceu as estruturas de mérito para a implantação de uma democracia política, da separação de poderes (embora seja teórico), da liberdade política e da consagração efetiva dos principais direitos fundamentais. Posto isto, com a promulgação da Constituição de 1990, Moçambique passa a ser um Estado de Direito, com o sistema multipartidário. Ademais, em 2004, Moçambique assume-se como um Estado de pluralismo jurídico, ou seja, a existência de vários sistemas normativos e de resolução de conflitos. (UCAMA, 2013, p. 32).

Na dimensão sistemática, este espírito procura frisar a divisão de poderes e a defesa do indivíduo perante a possibilidade do uso arbitrário do poder pelos titulares dos órgãos do Estado. Porém, a grande preocupação de como assegurar a plena separação de poderes para que o poder executivo não intervenha no poder legislativo nem no jurídico e assim sucessivamente. David UCAMA, traz uma divisão do sector judicial moçambicano nos seguintes modos:

Ministério da Justiça, Ordem dos Advogados, Tribunais Judiciais, Tribunal Administrativo, Procuradoria-Geral da República ou Ministério Público (MP), Ministério do Interior e pelos Tribunais Comunitários. São, também, parte do sistema legal e judiciário o Conselho Superior da Magistratura Judicial (CSMJ) e o Conselho de Coordenação para a legalidade e justiça. Em segundo lugar, UCAMA afirma que o sector judicial moçambicano funciona com base no princípio da independência judicial, que significa que o juiz deve ser livre das conexões inapropriadas com os poderes executivo e legislativo, e de influências inadequadas por parte desses outros poderes. Outrossim, o juiz, para ser independente, deve parecer livre aos olhos de um observador razoável (UCAMA, 2013, p. 64).

É esta a ratio conta na *CRM*, onde afirma que “no exercido das suas funções, os juízes são independentes e a penas devem obediência à lei”.⁷ Portanto, a independência judicial significa, aqui, a não ingerência dos outros poderes a este.

Olhando toda a composição do sistema judicial moçambicano, dá-se a impressão de que independência e a imparcialidade não fazem parte dos atributos fundamentais dos juízes e da função judicial, que tem como fim último garantir o direito de todos os cidadãos ao julgamento justo e equitativo. Do mesmo modo, a integridade profissional do próprio juiz é confiscada no mesmo dia que ele é nomeado e confiado por alguém superior, no qual ele deve obediência e reverência. Daí que, a justiça e igualdade não fazem parte do eixo comum de toda a actuação dos juízes em Moçambique. Pois, o juiz não está vinculado à Constituição, mas sim a um grupo,

⁷ *CRM*, Artigo nº 216.

primeiro ao partido que lhe indica a tal posto e a nomeação do Presidente da República.

Para evitar essa ingerência é necessário a separação dos poderes (falaremos mais adiante) Executivo, legislativo e Judicial. Pois, a concentração dos poderes numa só pessoa, impede a liberdade política e a imparcialidade do juiz no exercício das suas missões. De modo igual, “essas ingerências do poder político e executivo no poder judiciário, muitas vezes causam repercussões negativas na construção do Estado de Direito, prejudicando cidadãos que esperam o melhor da justiça no país” (UCAMA 2013, p. 72).

O controlo político das instituições em Moçambique

Os teóricos da estratificação social defendem que as desigualdades são socialmente necessárias e inevitáveis. Aliás, elas contribuem para o crescimento das Instituições e organizações. Segundo BOTTOMORE “a desigualdade numa sociedade gira em torno da distribuição diferenciada de recursos de valor às variadas categorias de indivíduos” (BOTTOMORE, 1993, p. 133). De facto, a riqueza, o poder e o prestígio não são distribuídos de forma igualitária e equitativa. “As elites⁸ são sempre a minoria, que controlam as massas – a maioria, através de imposição de regras, normas e leis. Esta situação implica que as elites exerçam um poder político sobre as massas e que detenham uma capacidade de influenciar a ordem político-social de um Estado” (Ibidem, p. 155).

Em Moçambique, as elites políticas e económicas emergiram da Luta de Libertação Nacional e tiveram a FRELIMO como uma estufa incubadora. Após a independência, a separação entre o Estado e o partido deixou de existir. É certamente nas privatizações que as ligações políticas-empresariais em Moçambique começam a se evidenciar a existência da classe das elites. Todavia, segundo CHIVANGUE & CORTEZ, “o processo de privações não foi transparente e só beneficiou as elites políticas da Frelimo” (CHIVANGUE, Andes; CORTEZ, 2015, p. 89). Ademais, os investigadores moçambicanos apontam o paternalismo, a corrupção e a falta de prestação de contas como algumas das estratégias utilizadas para manter o controlo político das instituições e garantir as ligações político-empresariais. Deste modo, a ligação político-empresarial tornou-se *o modus-operandi* do partido dominante.

⁸ São pequenos grupos sociais que concerta o poder nas instituições económicas, políticas e militares.

Com o sistema de controlo do Partido dominante, a FRELIMO fortificou o Estado, a sociedade e o mercado através de um sistema de integração entre o Estado e o partido, bem como a emergência de uma nomenclatura com interesses na política e nos negócios, sobretudo entre 2004 e 2014. Desta feita, segundo MOSCA “a macroeconomia é gerida de forma a gerar renda para reforçar, defender e a posição das elites, muitas delas ligadas ao partido Frelimo, através de instrumentalização do Estado, gestão de empresas públicas e controlo dos mercados e de sectores da economia” (MOSCA, 2016, p. 87). Para a materialização deste exercício, as elites recorrem a atitudes autoritárias, não transparentes, de confrontação e repressão política, psicológica e exclusão económica, bem como a métodos de actuação pouco éticos e à margem da lei.

Esse cenário é facilitado pelo forte controlo das instituições pelo poder executivo e pela existência de um partido dominante. Em Moçambique, o poder executivo domina os poderes Legislativo e Judicial, de forma que o presidente do Partido no poder é simultaneamente presidente da República, Chefe do Governo e comandante em chefe da Forças Armadas de defesa de Moçambique. Segundo BIHALE, através do partido, o Presidente influencia as decisões do parlamento com base na chamada "disciplina partidária" e tem a prerrogativa constitucional de nomear os juízes e os procuradores. Esta estrutura permite as elites políticas capturar o Estado, aumentar o patrimonialismo, o paternalismo, clientelismo político e corrupção como forma de garantir os interesses económicos.

Possíveis soluções para reduzir o controlo político

Sempre que se reflete sobre o controlo político, procura-se compreender melhor o acesso à justiça de forma equitativa. Paradoxalmente, em Moçambique, a fraqueza do Estado se manifesta na incapacidade de providenciar efetivamente serviços básicos aos seus cidadãos, incluindo o acesso à justiça judiciária. Olhando numa forma global a Constituição da República de Moçambique, as leis oferecem uma série de direitos e garantias aos cidadãos. Todavia, uma análise mais detida da realidade demonstra que, apesar das garantias existentes no direito positivo, o acesso à justiça em Moçambique não é amplo. Não se coloca à disposição do cidadão meios que pudessem tornar tal direito efetivo a todos, mas a um punhado de pessoas.

Está mais que claro que o sistema de Justiça moçambicano carrega consigo muitos paradoxos. Primeiro, estamos perante um sistema que continua a ser regulado por normas obsoletas, como é o caso do idoso Código das Custas Judiciais de 1961, que já não se ajusta aos dias que correm, pois, a modernização impõe simplicidade de procedimentos. Segundo, o Código das Custas Judiciais vigente não se compadece com a nossa realidade atual, em que a maior parte dos cidadãos recebe salários baixos e a justiça é cara. Terceiro, o governo do Estado moçambicano transformou-se num comité de gestão dos negócios da grande burguesia que, para manter o poder político, tem que dar a aparência de estar preocupada com a desigualdade social e a pobreza. “Estes processos complexos refletem-se nas ambiguidades, contradições e ineficácia de muita da legislação e políticas económicas e sociais, geralmente resultando na sua não aplicação” (BRANCO, 2014, p. 5). Nos casos em que não haja contradições, os problemas resolvem-se de acordo com a lei ou, mesmo, sem necessidade de recorrer à lei. “Quer dizer, a sociedade não é criada pelo legal. O legal é parte das tensões, contradições e motivações da sociedade, das relações sociais e do sistema social. A legislação e o sistema de justiça fazem parte desta luta” (Ibidem, p. 6).

Quarto, pouco depois da independência foram instituídos tribunais comunitários, com competência para dirimir pequenos litígios com base na equidade. Apesar de existirem muitas centenas destes tribunais, o certo é que são praticamente inoperantes. E por fim, fala-se tanto da justiça e igualdade de direitos. Não obstante, notou-se no seio dos órgãos de justiça, a existência de muita corrupção e controlo político que desencoraja os cidadãos a optarem por recorrer à justiça, porque ela passou para um pequeno grupo. Do exposto resta a questão: quais são os mecanismos a serem usados para que se possa impedir a ingerência do poder executivo e político no sistema Judiciário?

a) Separação dos Poderes Judiciais

A imagem que se tem do sistema democrático não nos permite acreditar no sucesso da democracia em Moçambique. Para TAYLOR, “um Estado de Direito assenta na separação dos poderes legislativos, executivos e judicial. Na verdade, o poder executivo, não pode ser ao mesmo tempo árbitro e jogador. Refere-se aqui à separação não do ponto de vista de existência na lei constitucional, mas acima de tudo da efetivação na prática” (TAYLOR, 1994, p. 78). Nesta senda, percebemos que

há necessidade de se ter a independência dos tribunais, serviços legais acessíveis, efetivos e independentes. O poder executivo não se deve intrometer em outros poderes. Contudo, em Moçambique não se respeitam esses ditames.

Digamos sem complacência que, no nível geral, o exercício do poder em Moçambique, vai contra o que deveria ser. Deste modo, há que repensar e reavaliar a distribuição de poderes feita pela Constituição vigente em Moçambique, no artigo 158, que confere ao Presidente da República as funções de chefe do Estado, de Governo e das forças de defesa e segurança, o que é absurdo. Pois, “esta concertação de poderes permite ao Presidente da República controlar todos os poderes e as instituições, minando assim o princípio de separação de poderes; assim como coloca em causa a ética governativa e a integridade pública” (FORQUILHA & ASLAK, Maputo, 2011, p. 46)., É evidente que existe uma grande influência do Chefe do Estado face ao poder Judicial, na medida em que este nomeia os presidentes das mais altas jurisdições do País,⁹ sendo certo que essas nomeações e designações, a serem feitas por ele, só resultarão nas pessoas da sua confiança (pessoal ou política), facto que os tornará refém do presidente no exercício das suas funções.

b) Emergência de uma ética de boa governação

A boa governação permite, igualmente, o envolvimento ativo das organizações da sociedade civil no processo de tomada de decisões. Desta feita, a boa governação é um direito humano. “A boa governação implica a participação de todos no exercício do poder político, económico e administrativo através de processos vinculativos e participativos que sejam realmente funcionais e não de fachada” (TOKSÖZ, 2008, 45). Além do mais, o sistema de justiça funciona de forma deficitária e com pouca transparência.

As leis são constantemente violadas em defesa das elites políticas e económicas no poder. A corrupção no sector judiciário e nas empresas controladas pelo Estado é endémica. As liberdades de pensamento e de expressão estão a deteriorar-se face às perseguições e assassinatos a intelectuais e líderes de opinião críticos ao atual sistema de governação (BIHALE, 2016, p. 122).

Assim sendo, as soluções claras a médio e longos prazos “passam pela redução do controlo político das instituições pelas elites políticas dominantes. Em

⁹ CRM, artigo 158; as alíneas g) e h).

outras palavras, deve-se estruturar o sistema de governação do país, partindo da revisão da Constituição da República de Moçambique” (Ibidem, p. 123). Outrossim, há necessidade de reduzir os poderes da figura do presidente da República. Esta concentração de poderes permite ao Presidente da República controlar todos os poderes e as instituições, minando assim o princípio de separação de poderes, assim como coloca em causa a ética governativa e a integridade pública. Nesta situação, a promiscuidade entre os negócios públicos e privados é maior, porquanto a fiscalização dos atos administrativos da figura do presidente se torna frágil.

Em segundo, olhando as fraudes claras das últimas eleições em Moçambique, há um imperativo de se rever o sistema eleitoral. Temos um sistema eleitoral caduco e falido que cada vez mais surpreende pela negativa. Estamos perto de 30 anos da dita democracia multipartidária, não se consegue fazer uma gestão eleitoral numa forma justa, livre e transparente. Isto suscita a questão: porque não profissionalizar este órgão?

A Comissão Nacional de Eleições está claramente ao serviço de um partido, que controla todo o sistema eleitoral tal como o poder judiciário. Ademais, em Moçambique, o apuramento dos resultados das eleições obedece ao sistema de representação proporcional e a supervisão do recenseamento e dos atos eleitorais cabe à comissão Nacional de Eleições. Órgão que deveria ser independente e imparcial, cuja composição, organização, funcionamento e competências são fixados por lei (CRM, artigo 135). No caso vertente pode-se citar a Lei nº 9/2014, de 12 de Março, que altera e republica a Lei nº 6/2013, de 22 de Fevereiro sobre estabelecimento das funções, composições, organização, competências e funcionamento da CNE. “Esta, por sua vez, é composta por dezasseis vogais, dos quais cinco são da FRELIMO, quatro da RENAMO e um do MDM e sete membros das organizações da sociedade civil” (Artigo 5 e 6 da lei 9/2014 de 12 de marco).

Todavia, nota-se que o sistema eleitoral está montado de tal forma que preserva o domínio político do partido no poder, pois por ter uma maioria e coadjuvada com a cooptação das mentes dos membros provenientes da sociedade civil e de alguns membros da oposição, poderá controlar todo processo e as decisões. Desta maneira, haverá dificuldades de evitar a ocorrência de crises pré e pós-eleitorais que reiteradamente lançam a sociedade moçambicana em espetros de conflito, com consequências graves sobre os esforços de desenvolvimento no país.

Considerações finais

No primeiro ponto, evidencia-se que, o estado atual da democracia vivida pelos moçambicanos, não é a do povo como centro do poder, mas dos partidos, senão mesmo um partido. Onde o povo não é dado a possibilidade de falar, excluindo-o do processo de governação. Daí que, consideráveis governantes moçambicanos usam a ditadura travestida de democracia, onde é comum que o cidadão pretendendo ter sucesso na vida profissional, social e académica, tem que pertencer ao partido no poder e fazer parte do jogo político para dele tirar vantagens. No segundo ponto, tratou-se do controlo político das instituições em Moçambique. Um sistema que tem fragilizado a democracia moçambicana. Com este sistema de controlo a não distinção do Partido do Estado, a questão viver-juntos, da existência de uma comunidade política, é ignorada. E, conseqüentemente, torna-se uma sociedade de conflito aquela em que não há consenso nas leis que regem o viver em comum e nas instituições que fazem as leis. Além disso, alinha-se dois grandes obstáculos à ingerência do poder político e executivo no seio do sistema judiciário.

Já no terceiro ponto, falou-se das possíveis soluções, para minimizar a situação da justiça em Moçambique e o seu controlo, onde deu-se a perceber que, um sistema judiciário para responder aos anseios dos cidadãos impõe deixar para trás o excesso de poder e controlo das elites. A separação de poder e a ética de boa governação são mecanismos que devem ser respeitados. Ademais, deve-se rever as funções do presidente da República e refletir-se sobre as formas como são feitas as eleições. Elas são realizadas periodicamente, mas numa forma falaciosa, e onde não há respeito pelos direitos humano e a justiça.

A vista disso, creio que as ideias deste estudo auxiliarão a um redireccionamento da nossa sociedade, como aquela que salvaguarda os direitos e deveres dos seus cidadãos e encontram na justiça, um veículo indispensável para vencer a ameaça desastrosa desses valores. Destarte, espera que o presente artigo

contribua para a área acadêmica jurídica, e a todos aqueles que pelo tema se interessar, afim de agregar o conhecimento, obtido através de diversas pesquisas e ensinamentos doutrinários.

Referências bibliográficas

- ARENDR, Hannah, *O que é a Política?* Ed, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2002.
- ARISTÓTELES, *Política*, Ed, Assírio Bacelar, São Paulo, 1998.
- BIHALE, Domingos, *Ética Governativa em África: Perspetivas e Desafios*, IV jornadas Científicas, ISMMA, Maputo, 2016.
- BOTTOMORE, T. *Elites e Sociedade*, Ed, Zahar, Rio de Janeiro, 1993.
- BRANCO, Carlos Nuno Castelo, *Desafios para a Justiça: uma visão económica e social. Painel sobre o subtema Produção Legislativa*, Maputo, 19/20-11-2014.
- CHIVANGUE, Andes; CORTEZ, Edson, *Análise política e Económica de Moçambique*, Maputo, 2015.
- CONSTITUIÇÃO DA REPUBLICA MOÇAMBIQUE*, Ed, plural, Maputo, 2018.
- FORQUILHA, Salvador; ASLAK, Orre., *transformações sem mudanças? Os conselhos locais e o desafio da institucionalização democrática em Moçambique. Desafios para Moçambique*, 2011.
- MAZULA, Brazão, *A construção da democracia em africa: o caso moçambicano*, Ed, Njira, Maputo, 2000.
- MOSCA, Gaetano, *A classe dominante*. Ed, McGraw-Hill, Nova York, 2016.
- NGOENHA, *Intercultura, alternativa à Governação Biopolítica?* Ed, ISOED, 1993.
- PLATÃO, *República*, Martins Fontes, São Paulo, 2006.
- TAYLOR, C, *Multiculturalismo*, Ed, Pieget, Lisboa, 1994.
- UCAMA, António Costa David, *A Independência do Poder Judicial em Moçambique*. Tese apresentada à UCM para obtenção do grau de mestre em Ciência Política, Governação e Relações Internacionais, Beira, 2013.
- MAX WEBER, *Ensaio de sociologia*, Ed, Zahar, Rio de Janeiro, 1982.
- ROUSSEAU, J.-J, *Do Contrato social*, São Paulo, 1964.

PERSPETIVAS SOBRE A ÉTICA DO DISCURSO: UM PERCURSO HISTÓRICO-FILOSÓFICO E SUA CONTRIBUIÇÃO ATUAL PARA A HUMANIDADE E A MOÇAMBICANIDADE

Remígio Avelino Chichongue¹⁰

Resumo: No decorrer da história, desde a sua aparição, na década de 1970, a ética do discurso, inicialmente, elaborada por Karl-Otto Apel (1922-2017), e, posteriormente, aprofundada e desenvolvida por Jürgen Habermas (1929), até aos dias atuais, foi-se (re)estruturando e enfrentando novos desafios sociais, políticas, culturais, educacionais, entre outros. Estes intempéries influenciam, sem dúvidas, a vida dos humanos, inclusive a constituição do comportamento moçambicano (não) desejado para as gerações presentes e futuras. Apesar da sua origem na Alemanha hitleriana, a contribuição desta teoria pode ser notável em diversas nações e em várias épocas históricas. Desta feita, o presente texto tenciona refletir sobre as vicissitudes enfrentadas nos dias contemporâneos para a aplicação da teoria habermasiana, no mundo e em Moçambique, a partir dos contornos de sua emergência. Sem reservas, a (sobre)vivência da humanidade e da moçambicanidade, desde a existência do Homem, (in)conscientemente, esteve relacionada aos preceitos propostos nesta ética.

Palavras-chave: Ética; Discurso; Humanidade; Moçambicanidade.

¹⁰ Formado em ensino de Filosofia hab. em História, Universidade Pedagógica (UP), e em Ciências de Educação, Universidade São Tomás de Moçambique (USTM). E-mail: rchichongue17@gmail.com

Introdução

A formação e o desenvolvimento intelectual e ético do Homem tornam possível a elevada (con)vivência social e profissional, na qual os Sujeitos são regidos pelo máximo nível de princípios ético-morais que evitam e/ou minimizam o descalabro do PEA, como, por exemplo: a questão disléxica (leitura), disgráfica (escrita), de discalculia (matemática básica), da *déficit* de atenção, da relação docente-estudante defeituosa e de insucesso escolar. Os esforços para o sobrepujamento desta problemática devem ser notáveis tanto nas relações sociais e familiares (vizinhança, pais e filhos) assim como nas pedagógicas (Direção, docentes e estudantes).

Neste íterim, no presente texto faz-se a discussão sob três (3) itens, nomeadamente: (i) conceitos de intersubjetivação da ética do discurso; (ii) condições histórico-filosóficas da emergência da ética do discurso; e, por fim, (iii) dialética da ética do discurso com algumas teorias de sua época: pensar o mundo e Moçambique actual.

A teoria de Habermas surgiu há cerca de 50 anos e em um "ambiente" conturbado e de contendas sóciopolíticas. Assim, a sua não aplicação na sociedade e na Educação atual permite que as guerras (inter)nacionais e os regimes totalitários outrora conhecidos repliquem-se, dentro e fora da sala de aula, na medida que o docente transforma-se no verdadeiro autoritário, disposto a tudo para a satisfação dos interesses individualistas.

Conceitos de intersubjetivação da ética do discurso

A ética do discurso, na sua preocupação com a "(re)construção" e preservação da humanidade e da moçambicanidade, "interage" com determinados conceitos indispensáveis para uma vida do viver-juntos, de integridade, excelência e respeito ao outro. Dentre vários existentes, conceptualiza-se a Educação, democracia, paz e dignidade humana e discute-se a sua influência e contribuição nas relações quotidianas, na formação e no bem-estar físico-mental e emocional da pessoa.

Educação

A educação constitui a base humana para a superação de "intempéries" sociais e educacionais quotidianas que perigam a democracia, paz e dignidade humana,

como alguns dos princípios ético-morais actuais. A educação pode ser formal ou informal. A primeira ocorre mediante um sistema, com métodos e objetivos prévios. Pode ser verificada em Escolas e Igrejas. A segunda manifesta-se de maneira assistemática, isto é, espontânea. Esta é notável na sociedade, igreja, em famílias, passeios, jogos e diálogos amigáveis. Ora, a abordagem do texto é sobre as duas vertentes.

Na perspectiva de Pereira (1999, p. 4), a "educação é o processo de socialização e integração, sendo o individuo, um actor social em comunicação com outros actores por meio do diálogo". Ademais, a Educação constitui o elemento que desenvolve as boas relações dos Homens entre si e destes com o mundo e meio ambiente, razão pela qual, todos indivíduos têm a obrigação de agir de maneira a contribuírem para o desenvolvimento da sociedade e da Academia. Os Homens socializam-se pelo diálogo, pela partilha de conhecimentos e de "valores" humanos que "conduzam" ao viver-juntos, à harmonia, solidariedade e irmandade.

Assim, a educação e a ciência são recursos de preparação e inserção do Homem ao mundo actual, pela partilha do saber e de princípios ético-morais capazes de "conduzi-lo" à sua formação e ao futuro melhor. A Academia e o mundo contemporâneos repletos pela tecnicização, crise de relações profissionais e humanas, pelos maiores dilemas ético-morais, problemas de democracia e paz, carecem, cada vez mais, de Homens virtuosos, capazes de empreender mais esforços para a restauração de valores humanistas propostos por Habermas. Dito isto, de maneira sumária, "a educação e ciência apresentam-se como passaportes para o mundo moderno conforme os ideais de humanização" (ADORNO, s/d, p. 9).

Na Academia, a Educação flui por meio do PEA, entendido como o "processo social e pessoal, no qual cada Sujeito constrói sua caminhada, em seus próprios limites. A caminhada construída pelo aprendiz depende de sua motivação, de sua maturidade e da competência adquirida durante a jornada" (MORAN *apud* SILVA, 2018, p. 25). Desta forma, o estudante "produz" o seu próprio aprendizado, aplicando as suas próprias capacidades cognitivas, desenvolvidas ao longo da vida e da sua formação académica, para o seu maior crescimento intelectual e humano, para a sua melhor (sobre)vivência, segurança e integração social. Neste contexto, este deve ser educado para a aquisição de saberes e de princípios de (con)vivência que permitam a transformação da sua própria existência e busca pela satisfação de interesses individuais, sem exclusão dos valores sociais e anseios dos demais. Educar o Homem

deve-se entender como dá-lo poder, sobre a sua própria vida, a partir do seu conhecimento e da sua eticidade, investindo-se, deste modo, para o bem-estar individual e social, em seus diversos níveis.

Democracia

A democracia não constitui um regime político perfeito, pois, nela é ainda possível a vigência de atos ilícitos e anti-éticos como o abuso de poder por alguns governantes que o detém, crimes hediondos, ocorrência de impunidades, falta de garantia de justiça social e honestidade, corrupção, assédio sexual e moral. Destarte, a democracia é a forma política menos desumana, uma vez que, é a comunicativa e que procura, teoricamente, "abarcá-la" e discutir os anseios individuais dos cidadãos.

Conforme Mazula, citado em Mazula (2005, p. 119), "democracia é a capacidade e oportunidade de convivência social-política-econômica, na diversidade de ideias, opiniões e culturas, para a realização de um desenvolvimento real, em cada tempo e lugar". Porquanto, com o propósito de extinção ou, pelo menos, redução de actos ilícitos e anti-éticos perpetrados por alguns políticos, é ideal que o povo apresente um grau mínimo de escolarização, aprendizado e ética, de modo que, não seja vítima de governantes astuciosos que possam conduzi-lo mediante suas emoções e necessidades básicas a fim de mera satisfação dos seus interesses individualistas.

Nesta perspectiva, apesar da sua (não) escolarização, todos indivíduos sabem o que, integralmente, necessitam para a sua vida: uma Educação mais solucionista e humana, uma alimentação adequada, um espaço condigno para a sua vivência, um emprego digno, um salário que supra o mínimo das suas carências primárias. Contudo, o maior desenvolvimento do seu intelecto e da noção ética possibilita melhores reflexões e escolhas sobre projetos de governação que deve(m) dirigir o destino de sua vida, condicionantes à dignidade humana.

Por sua vez, a democracia quando não, corretamente e eticamente aplicada, que é na procura de soluções para os problemas do povo, pode incorrer às práticas ilegais e desumanas. A democracia como ação autoritária infringe o compromisso moral dos Homens com a dignidade humana e o (re)conhecimento de diversos princípios de (con)vivência, como a liberdade e respeito às diferenças, o acolhimento, a justiça social, a paz e a própria democracia, como bases para uma vida mais humanizada e humanizadora. Ora, como alicerce deste pensamento, "a democracia não é outra

coisa senão autoritarismo, pois, a maioria decide sobre ou contra a minoria, isto é, a maioria sobrepõe a sua vontade a quem não comunica a sua posição" (KANT, 2006, p. 37).

Paz

A paz é um projeto contínuo inerente à co-responsabilidade de todos Homens em buscá-la e resguardá-la com base em seu próprio raciocínio e agir quotidiano. A ausência da paz constitui, infelizmente, resultado da conduta individual desumana e desinteressada para com o outro, tais como a intolerância política, a indiferença nas relações diárias, as questões de cidadania, o não acolhimento de práticas democráticas, como uma das condições sociais à uma vida e dignidade humana.

Na concepção de Mazula (2005, p. 119), "a paz é o processo permanente de reconciliação nacional, de democracia e de criação do bem-estar social". Acrescentando a ideia, a paz condiciona ao Homem o desenvolvimento individual e coletivo de uma nação, a aceitação do outro como Ser humano diferente de si e capaz, igualmente, de demanda de resoluções pacíficas aos problemas atuais e de criação de condições mínimas para que todos tenham uma vida condigna e humana.

Em continuidade da mesma ideia, pode-se destacar, como evidência da ausência de apreço pela paz, a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939), repercussão do descumprimento do Tratado de Versalhes (1919), este que consistiu uma tentativa de estabelecer o fim efetivo da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Neste convênio, dos países da Tríplice Aliança (Alemanha, Áustria-Hungria e Itália), concebida nos finais do século XIX, reconhecia-se a Alemanha como o principal responsável pelo estopim da mesma. Assim, como sanção, esta nação devia ressarcir, exclusivamente, pelos danos causados, as grandes potências europeias que compunham a Tríplice Entente (Inglaterra, Rússia e França), princípios do século XX.

Ora, no âmbito nacional, quando não há comprometimento integral dos cidadãos na demanda pela paz, pode-se ainda verificar os contornos atuais de Moçambique, de conflitos internos permanentes, corolário de pactos eventualmente não cumpridos e/ou de determinadas fragilidades, inerentes ao mesmo tratado, ignoradas antes, no processo e/ou depois do Acordo Geral de Paz, subscrito em Roma, à 04 de Outubro de 1992, por mediadores, pelo Diplomata Joaquim Chissano, na época, Presidente de Moçambique e da Frente de Libertação de Moçambique

(FRELIMO), e pelo então Presidente da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), Afonso Dhlakama, como representação do término da Guerra Civil.

Perante esta situação, os Sujeitos internacionais e nacionais devem assumir que a paz não é uma atribuição divina dos Anjos, senão, um(a) esboço e "construção" dos próprios Homens, um projeto humano de uma mentalidade de diálogo franco, de tolerância, de sinceridade, de esforços contínuo(s) de sua busca, de não exclusão dos demais do bem-estar em seus diversos níveis de vida social. O não anseio da paz pode "conduzir", durante a história humana, à constância de conflitos, como se presume, por exemplo, que a Primeira Guerra Mundial não teve o seu efetivo fim em 1918, senão, em 1945, pois, a designada Segunda Guerra Mundial consiste a persistência da primeira, como tentativa de fuga de suas mazelas. Destarte:

A paz é um bem ambíguo. Pode ser apenas a ausência de conflitos e manifestar então apenas depressão generalizada de quem já perdeu o interesse pela vida, ou a resignação de quem já se habituou à opressão e à passividade. Mas a paz é também fruto da fidelidade, da verdade, da liberdade e, por cima de todas as virtudes, da misericórdia. (CUNHA, 1996, p. 233-234)

Assim, adicionando ideias às duas perspectivas de paz, no primeiro entendimento, considerado anti-ético, a paz, como apego à opressão e dependência alheia, pode constituir o adiamento de uma guerra, não a sua extinção, para a sua futura libertação. Outrossim, pode incitar a prática de suicídio e/ou homicídio, como demanda de alívio da dor intensa, resultado de falta ou frágil governamentalidade e governasentimentalidade. As condições mencionadas para o "clima" de paz são insignificantes para uma verdadeira vida tranquila, uma vez que, a simples ausência de conflito, o fato de opressão e a passividade podem constituir período de preparação, em sigilo, às novas contendidas, à semelhança do que aconteceu no fim da Primeira Guerra Mundial, as nações perdedoras eclodiram a Segunda Guerra Mundial.

Em contrapartida, a segunda percepção de paz "carrega" consigo um aspecto ético, que é de proporcionar aos Sujeitos a compaixão, a vida mais humana, a livre circulação, o sentimento de perdão e solidariedade. Ela pode ser concebida como o verdadeiro "calar" das armas, o avanço do diálogo e da compreensão e efeito de justiça social, a criação de condições condignas para que se tenha uma vida, autenticamente, humana. É crucial que todos Homens busquem a orientação de sua

própria mente e emoção. Por isso, quaisquer Sujeitos são chamados a "cultivá-la" e respeitá-la.

Dignidade humana

A dignidade humana constitui um dos maiores desafios do mundo contemporâneo, onde, cada vez mais, emergem e continuam práticas que atentam ao bem-estar físico e emocional dos Homens, como, para citar determinados exemplos: a corrupção, o assédio sexual e moral, a questão da (in)disciplina, o suicídio e os conflitos de gerações. Estas acções impossibilitam a criação de condições mínimas de sua (sobre)vivência, como as dificuldades de acesso às oportunidades de emprego e, quando tiver, a falta e crises de salário.

Na perspectiva de Kant, citado em Cami e Padilha (2016, p. 340), "a dignidade humana é a qualidade congênita e inalienável de todos seres humanos, a qual impede a sua coisificação e se materializa por meio da capacidade de autodeterminação que os indivíduos possuem por meio da razão". Não só, a dignidade humana consiste na valorização e no (re)conhecimento da própria personalidade e na dos demais, nunca devendo considerar-se e ao outro de coisa.

Todavia, a dignidade humana não depende em si da boa vontade dos Homens, pois, constitui a natureza humana, o que impera apenas o seu (re)conhecimento e sua salvaguarda. A sua "(re)construção" carece da humanidade de cada indivíduo, de modo que, todos se engajem pelo viver-juntos e para uma vida colectiva mais humana e de admissão do ser pessoa.

Segundo Baez (2015, p. 62), "a dignidade, considerada como um valor, é um bem inalienável, que não pode ser objeto de renúncia, sobrepondo-se à autonomia da vontade, para evitar qualquer forma de subjugação ou degradação da pessoa". Ainda na concepção do autor, todos Homens são iguais, quanto à dignidade, ou seja, possuem o mesmo valor humano como pessoas, mesmo que existam diferenças existenciais, sociais e de nível académico.

Assim, torna-se necessária a consciência desta percepção do pai para com o(s) filho(s), do docente para com o(s) estudante(s), do governante para com o(s) governado(s), ainda que todos primeiros possam deter de poder de decisão, em vários aspetos, sobre os demais. Mesmo assim, não lhes são instituídos a autorização para a sua humilhação e violência, pois, a autoridade e o saber servem apenas para encantar e transformar. Nunca para calúnias e desprestígio.

Condições histórico-filosóficas da emergência da ética do discurso

As abordagens intelectuais advêm sempre de determinado espaço e tempo, influenciadas por algumas circunstâncias históricas e/ou filosóficas, com a finalidade de discussão e compreensão do contexto do seu surgimento e demanda de respostas aos problemas da época. Neste âmbito:

A ética do discurso de Habermas emerge na década de 1970, na Alemanha, com a pretensão de rejuvenescer os "valores" de liberdade de expressão, justiça e solidariedade por meio do discurso, como os que "conduzem" à inclusão do outro no agir individual. Simultaneamente, à tamanha capacidade de acompanhar a comodidade dos outros. O discurso referido por Habermas não é um mero e qualquer discurso, senão o moral, isto é, aquele que indaga e faz a distinção da validade das normas sociais. (CORTINA & MARTÍNEZ, 2005, p. 91)

Analisando a afirmação, a ética do discurso é elaborada e desenvolvida numa altura conturbada e de crise das relações sociais, educacionais e de dignidade humana, ao longo da história, de diversas contendas bélicas da arena Nacional e Internacional – do Massacre de Mueda (1960) e de Homóine (1987); Guerra Civil Moçambicana, entre a FRELIMO e a RENAMO (com início em 1977 e término, aproximadamente, após 16 anos); dos ataques de "insurgentes" em Sofala, Linha de Sena, (2014-2017); dos conflitos armados em Cabo Delgado (2017); da Corrida Imperialista, com auge entre os anos 1884-1914; da Crise Económica Mundial (1929); da Barbárie Polonesa de expurgação universitária (1968); dos Regimes Totalitários: Corporativismo em Portugal Salazariano (1850), Fascismo na Itália de Benedito Mussolini (1919-1943) e Nazismo na Alemanha Hitleriana (1933-1945); da Guerra Fria: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, URSS, e Estados Unidos da América, EUA (1945-1991); das Guerras Mundiais, Primeira (1914-1918) e Segunda (1939-1945); do Genocídio de Ruanda (1994), entre os grupos étnicos Tútsis e Hútus e da invasão russa ao território ucraniano (2022).

Ainda na mesma perspetiva, a teoria habermasiana teve a sua aparição como reação ao descalabro de sua época, ocorrido em "virtude" da exclusão da ética na comunicação e da fragilidade da aplicação humana da razão. É nos acontecimentos mencionados e nas suas mazelas que Habermas consciencializa-se que a ética kantiana já não era suficiente para sustentar os conflitos do seu período histórico, pelo

motivo desta ser monológica, isto é, de detiver o seu fundamento apenas na consciência do Sujeito, excluindo o diálogo no seio dos Homens.

Neste âmbito, surgiu a necessidade de restauração, por meio da ética do discurso, do sentido de comunicação, responsabilidade, compreensão, perdão e libertação das concepções de superioridade e inferioridade entre os Homens. Destarte, a comunicação ocorra apenas no paralelismo Sujeito-Sujeito, não na relação Sujeito-Objecto, como, na época, procedia-se em questão da defesa do individualismo, o que fez com que eclodissem os citados diversos conflitos sangretos no século XX e XXI.

Dialética da ética do discurso com algumas teorias de sua época: pensar o mundo e Moçambique actual

A teoria habermasiana surge e desenvolve-se num período de emergência e existência de outras éticas. Deste modo, é incontornável a abordagem do tema sem discutí-la e relacioná-la com o(s) pensamento(s) de determinados filósofos. Dessarte, vai-se discutir sobre a convergência e complementaridade existente entre a ética do discurso com certas concepções teóricas de sua época, em prol da "(re)construção" do "ambiente" condigno para a humanidade e a moçambicanidade.

Ética da responsabilidade de Hans Jonas (1903-1993)

Um dos motivos que coloca em risco a vida futura do Homem é a concepção da Natureza como sua propriedade humana, a qual pode e deve explorar e transformar ao seu bel-prazer, não como seu companheiro, o que faz com que emirjam vários problemas planetários, tais como o aquecimento global, a extinção da espécie animal, a desertificação, a poluição do meio ambiente, a crise hídrica e energética. A ação do Homem presente, em relação à própria Humanidade e à Natureza, viola o direito da sua (sobre)vivência e das gerações vindouras. Como alternativa:

A ética da responsabilidade preconiza que o Homem aja de modo a que os efeitos da tua ação sejam compatíveis com a permanência de uma autêntica vida humana sobre a Terra; ou, expresso negativamente: aja de modo a que os efeitos da tua ação não sejam destrutivos para a possibilidade futura de uma tal vida. (JONAS, 2006, p. 47-48)

Na concepção de Lima (2010, p. 86), tem-se em questão "as críticas de Karl-Ott Apel na fundamentação do Princípio Responsabilidade de Jonas reivindicando a fundamentação através de uma racionalidade comunicativa sublinhando que uma ética discursiva pode dar conta da justificação moral do Princípio Responsabilidade".

Adicionando algumas ideias à ética da responsabilidade, esta encontra os seus fundamentos na ética do discurso. A conscientização dos Homens pela sua obrigação ético-moral de dedicar cuidados, atenção, conhecimentos e humanização ao outro e a Natureza depende de um discurso racional, solidário, franco, tolerante e ético entre os envolvidos na comunicação com a pretensão de salvaguarda da capacidade vital da espécie humana, animal e toda biosfera.

Ética da compreensão de Edgar Morin (1921)

Na Educação atual tornam-se necessárias as práticas de virtude, da participação coletiva activa e do entendimento mútuo sobre a formação intelectual e ética e no desenvolvimento individual e da sociedade. A vida mais humana resulta de ações autênticas de tolerância, bondade, amor, perdão e, especialmente, da compreensão aplicada na ética (1977). Neste contexto:

"A ética da compreensão é a arte de viver que nos demanda, compreender de modo desinteressado. Demanda grande esforço, pois não pode esperar nenhuma reciprocidade. A ética da compreensão pede que se compreenda a incompreensão" (MORIN, 2000, p. 99). Fazendo contribuições à ética de Morin, esta constitui ato de amor ao próximo, humanidade, altruísmo e confiabilidade, pois, compreender o outro significa acolher, de boa-fé, a sua comunicação e ação. Por isso, ama-se o outro por ser outro, por ser humano sem nenhuma outra condição. Destarte:

As idéias [sic] preconcebidas, as racionalizações com base em premissas arbitrarias, a autojustificação frenética, a incapacidade de se autocriticar, os raciocínios paranóicos, a arrogância, a recusa, o desprezo, a fabricação e a condenação de culpados são as causas e as consequências das piores incompressões, oriundas tanto do egocentrismo quanto do etnocentrismo (MORIN, 2000, p. 97-98)

Ainda mais, compreender o estudante e a sua condição requer a abertura, na comunicação, sobre a complexidade da vida estudantil, acerca das eventuais dificuldades de diálogo, de realização de determinadas atividades académicas,

inclusive, de compreensão. O docente deve predispor-se a incitar e a escutar qualquer mensagem do seu estudante, a recebê-la e respeitá-la sem levantar algum conflito ou injúria, em casos de discordâncias e diferenças. Para tal, é necessário que ambos entendam que a sala de aula é o espaço exclusivo de confrontação de ideias.

Ética da libertação de Enrique Dussel (1934-2023)

Com o advento da dominação do mundo pela Europa, o outro, o negro, o pobre foi reduzido à inferioridade absoluta. Dussel, vítima da referida obscenidade, das mazelas da Crise Económica Mundial, do curso do Nazismo e Fascismo, elabora a sua ética (1960) com a pretensão de valorização racional de todo Homem, assim, de defesa dos interesses do pobre, do oprimido, do excluído e da sua contribuição para o progresso próprio e da sociedade. Na sua concepção, "a ética da libertação é um repensar a totalidade dos problemas morais a partir da perspectiva e das exigências da 'responsabilidade' pelo pobre, por uma alternativa histórica que permita lutar no Egito, caminhar no deserto e no tempo da transição e construir a terra prometida" (DUSSEL, 2002, p. 264). Em torno do mesmo assunto, para o educador brasileiro:

A violência dos opressores que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação – a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscar recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. (FREIRE, 1987, p. 16)

No entanto, o agir do oprimido é indispensável para a restauração dos princípios de boa (con)vivência para com o opressor e os demais Sujeitos sociais. Assim, o oprimido aparta-se de qualquer ato de vingança e permuta de posições de dominação para com outro. Constitui apenas a exibição de alto sentido de eticidade, na qual o engajamento consiste apenas no (re)conhecimento mútuo das diferenças existenciais.

Ética do discurso de Jürgen Habermas (1929)

A ética do discurso (1970) surge como a reformulação da ética do dever (1785), iniciada por Immanuel Kant (1724-1804), em dialética com os preceitos das outras

teorias, com o propósito de "(re)construção" de uma sociedade mais racional, comunicativa, argumentativa, humana e harmoniosa. Esta remota aos trabalhos de Karlo-Otto Apel (1922-2017). Porquanto, o seu auge e a sua consolidação foi alcançado com as reflexões de Habermas. Assim, segundo este filósofo, as acções individuais, boas ou más, "conduzem" ao progresso ou à destruição social e educacional, respetivamente. Por essa razão, é essencial que o Homem pense sobre as consequências da sua conduta para si próprio e para os demais.

Conforme Kant, citado em Borges (2003, p. 12), "a ética do dever, iniciada por Kant, pretende discriminar as regras do que é certo ou errado moralmente, utilizando uma noção chamada imperativo categórico (...)", anunciando que cada Sujeito "age de modo que a máxima de tua acção possa tornar-se uma lei universal" (KANT, 2003, p. 232). Destarte, a consciência constitui o fundamento da acção humana. A ética do dever preconiza o cumprimento ético-moral dos deveres que sirvam de referências próprias e de cada Sujeito que possa manter contato com os mesmos e se encontra na mesma situação de acção, pois, uma conduta é moral apenas quando esta é passível de universalização.

Na perspectiva de Apel (2007, p. 2), "a ética do discurso é uma tentativa em grande escala de fornecer uma resposta às questões por que razão ser racional? E por que razão ser moral?". No contexto da ideia, o Homem é racional e ético-moral para que seja capaz de elaborar e fundamentar as normas de conduta humana que devem nortear a sua vida, a sociedade e o PEA de modo que se garanta as melhores condições de harmonia e relação pedagógica. Para o autor a seguir:

A ética do discurso é o padrão que fornece as bases racionais que orientam o discurso com a finalidade de possibilitar um consenso sobre os princípios morais que devam nortear o convívio humano. É o modelo destinado à justificação da moral, fundado no reconhecimento do outro como Sujeito com características sociais diferentes de si como também iguais com a finalidade emergir um entendimento sobre as referências da conduta humana. (HABERMAS *apud* REESE-SCHÄFER, 2009, p. 64 e 175)

Ora, a ética do discurso é a teoria capaz de preparar ao docente para o anúncio de princípios ético-morais, por si instituídos, aos estudantes para que juntos indaguem o nível de sua justiça, quiça, tornem-se válidos para todos implicados. Deste modo, cada interveniente vai-se identificar com os mesmos preceitos e esforçar-se para a sua correta implementação. Os indivíduos concernidos no discurso, docentes e

estudantes, devem gozar de alto sentido de sinceridade, honestidade, tolerância, responsabilidade.

Dessarte, a ética do discurso inclui os preceitos das demais teorias de sua época - kantiana (dever), dusseliana (libertação), moriana (compreensão) e joniana (responsabilidade) - uma vez que a dignidade humana e a moçambicanidade seriam possíveis apenas com a aplicação da tradição filosófico-educativa defendida na teoria habermasiana. Desta feita, permitiria-se a emancipação da própria própria ignorância, o ensinamento de adoção do diálogo para a superação de quaisquer impasses, abstendo-se de práticas individualistas - feminismo, machismo, estereótipos, discriminação diversa, como alguns exemplos. Como símbolo de franqueza e boa-fé, esta teoria vincula-se ao conceito "modernidade sólida", em salvaguarda do domínio da razão e dos "valores" ético-morais, em abdicção do termo "modernidade líquida"; ambos concebidos e bastante abordados por Zigmund Bauman (1920-2017).

De acordo com Bauman (1997, p. 29), "a modernidade sólida é a época em que existia, em termos sociais, a tarefa da ordem e tranquilidade, caracterizada através da ideia de projecto moderno, no qual seria o projecto de controlo do mundo pela razão". Sendo assim, a modernidade sólida preconiza o domínio das emoções pela razão e ética, das relações inter-pessoais e amáveis, de modo que, a vida dos Homens e da Natureza seja conduzida de maneira mais racional e humana com vista à um presente e futuro melhor. Este projeto obteve sucesso em vários aspetos, como em avanços científicos e tecnológico verificados, desenvolvimento do espírito trabalhista, durabilidade das relações e dos bens, consumo racional de recursos para a (sobre)vivência e instituições consistentes na busca pela justiça e bem-estar coletivo. Contrariamente:

O termo modernidade líquida refere-se à fluidez das relações em nosso mundo, igualmente, ao conjunto de relações e dinâmicas que se apresentam em nosso meio contemporâneo e que se diferenciam das que se estabeleceram na modernidade sólida, pela sua fluidez e desaparecimento. (BAUMAN, 2001, p. 7)

Assim, estas características permitem a perda da identidade social e docente, pois, os conceitos de correto, bem e justo são analisados com base na conduta generalizada da época, (des)aprovação do outro, conhecido e/ou estranho, e, pelo "consumismo" de tudo que se encontra em voga ou em notívago. Ou seja, mediante o (re)conhecimento de amigos virtuais, na maioria das vezes, desconhecidos e sem a

obrigação de honestidade nas diversas redes sociais em uso na atualidade, para citar alguns exemplos: do *Instagram*, do *Facebook*, do *Whatsapp*, dos *likes* e do mundo *online*.

Ademais, a "liquidez" social instalou e massificou o exibicionismo corporal e erótico, pois, o que, no passado, era sagrado e sublime torna-se, no presente, vulgar e expositiva sob a expressão da gíria popular "o que é bom é para se mostrar". Este hiato atingiu não somente a mulher como também o homem. O Sujeito não mede esforços para a adesão de cada momento que possa oferecer profunda diversão momentânea e maior prazer possível, uma vez que, a "vida é curta", assim, a não diversão no presente pode constituir desperdício, pois, o futuro é incerto e não oferece garantias de alcance e vislumbre. Nas palavras da autora abaixo:

A maneira como nos vestíamos, falávamos e nos comportávamos dizia tudo. Éramos exclusivas. Constumávamos ser atraente por causa da nossa discrição, não por causa de nossas roupas. As mulheres perderam a sua essência feminina, a beleza que era vista até no jeito como andavam. Por alguma razão, agora os padrões de beleza são completamente diferentes; o que importa é a aparência. (CARDOSO, 2012, p. 9-10)

Considerações finais

Por fim, perante o exposto, considera-se que a constituição da humanidade e da moçambicanidade não ocorre de maneira ocasional e linear, senão de forma consciente, incessante, dialógica e coletiva. Isso se deve ao fato da humanidade e da moçambicanidade consistirem "valores" influenciados pelos acontecimentos sociais que representam, negativo e/ou positivamente, o mundo e Moçambique da época.

Desta forma, a preocupação com a humanidade e a moçambicanidade instigou a reflexão sobre as possibilidades diversas de aplicação da teoria habermasiana como contribuição para o enfrentamento dos problemas sociais, políticos e educacionais correntes no mundo e no Moçambique contemporâneo. Ora, esta "construção" é, sem dúvidas, no viés dos princípios e na sua pretensão com a geração futura almejada.

Referências bibliográficas

ADORNO, T. W. *Educação e Emancipação*. Paz e Terra.

APEL, K. *Ética e Responsabilidade: o problema da passagem para a moral pós-convencional*. 2ª ed.. Lisboa: Stória, 2007.

BAEZ, N. *A Morfologia dos Direitos Fundamentais e os Problemas Metodológicos da concepção de Dignidade Humana em Robert Alexy*. 2015.

BAUMAN, Z. *O Mal-estar da Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1997.

_____. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2001.

BORGES, M. *Ética*. Brasil. DP&A. 2003.

CAMI, E., & PADILHA, E. *Reflexões sobre as Dimensões da Dignidade da Pessoa Humana*. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.

CARDOSO, C. *A Mulher Moderna, à Moda Antiga*. Rio de Janeiro: UniPra, 2012.

CORTINA, A., & MARTÍNEZ, E. *Ética*. São Paulo: Loyola, 2005.

CUNHA, P. *Ética e Educação*. Lisboa: Universidade Católica, 1996.

DUSSEL, E. *Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão*. 2ª ed.. Petrópolis: Vozes, 2002.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

JONAS, H. *O Princípio Responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KANT, I. *A Metafísica dos Costumes*. São Paulo: EDIPRO, 2003.

_____. *Para a Paz Perpétua*. Galiza: Indústria Galega, 2006.

LIMA, M. *O Princípio Responsabilidade de Hans Jonas e a Crítica de Karl-Otto Apel*. 2010.

MAZULA, B. *Ética, Educação e Criação da Riqueza – uma reflexão epistemológica*. 2ª ed.. Maputo: Imprensa Universitária, 2005.

MORIN, E. *Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro*. São Paulo: Cortez, 2000.

PEREIRA, P. C. *Amor e Conhecimento: reflexão em torno da razão pedagógica*. Porto, 1999.

REESE-SCHÄFER, W. *Compreender Habermas*. 2ª ed.. Brasil: Vozes, 2009.

SILVA, F. B. *Implicações da Gramificação no Projecto de Plataforma de Educação On-line: um estudo de caso*. (2018). (Tese de Doutorado). Acesso em Catálogo de Teses e Dissertações – CAPES.

A ÉTICA E OS PROBLEMAS HISTÓRICOS DO SÉCULO XXI EM MOÇAMBIQUE: DEMANDA POR UMA ALTERNATIVA PARADIGMÁTICA

Remígio Avelino Chichongue¹¹

Resumo: A Educação desempenha uma função indispensável na vida do Homem, e assim sempre foi ao longo da história humana, sendo um dos fundamentos, senão o único, para a sua transformação e sua constituição como pessoa, privilegiada por ser o único ser vivo capaz de deter(-se) de carácter e autonomia na (con)vivência com os seus semelhantes. Ainda que a preocupação sobre o acto educativo seja notável em todas épocas históricas e sobre todos povos, chegou o momento para que este questionamento advinha da sociedade actual para o "desembrulho" das intempéries de sua época, em Moçambique. Neste sentido, este texto, elaborado sob suporte bibliográfico, buscou analisar os problemas educacionais, no contexto moçambicano – a corrupção, o assédio sexual e moral e a questão de (in)disciplina - "correntes" e bastante sonantes no século XXI. Não só, relacioná-los com a teoria habermasiana (1970) como substrato paradigmático solucionista, de modo que seja possível a formação integral dos discentes.

Palavras-chave: Corrupção; Assédio Sexual e Moral; (In)disciplina; Educação; Ética.

¹¹ Formado em ensino de Filosofia hab. em História, Universidade Pedagógica (UP), e em Ciências de Educação, Universidade São Tomás de Moçambique (USTM). E-mail: rchichongue17@gmail.com

Introdução

A postura dogmática e despótica docente na sala de aula pode ser vista como uma prática "colonialista", na qual este procura explorar económica, sexual e moralmente os seus estudantes, com recurso à sua inteligência e/ou idiotice. Desta maneira, definindo a capacidade intelectual, cívica e social dos seus educandos, na medida que o ensino e a transformação do outro é inferiorizado em relação aos benefícios individualistas de extorsão diversa do outro. Assim, para o alcance desta pretensão, "o novo colonialismo não pode apenas desorganizar as sociedades e suas vítimas, (...)inclusive a pessoa humana. (Dá também) continuidade das políticas de dominação, que ignora em todos os aspectos a humanidade das vítimas" (BARBOSA, 2011, p. 7 e 10).

Ora, sem dúvidas, a corrupção, o assédio sexual e moral e a questão de (in)disciplina não são os únicos problemas da época, pois, pode-se salientar também o suicídio, o conflito de gerações, a violência escolar (física e psicológica), a ausência e/ou fraco comprometimento pedagógico, a gestão institucional e de pessoal de maneira defeituosa e danosa, em alguns momentos, irreconhecível como feita por humanos, entre outros. Além disso, o autor não "vê" estes problemas como étimos no presente século, uma vez que, em sua variedade de incidência remotam, direta ou indiretamente, à Grécia Antiga. Eventualmente, poderão ser permanentes pelos séculos vindouros. Destarte, o autor julga conveniente uma (re)leitura atual, com base nos recursos materiais e intelectuais nacionais existentes para fazer o seu melhor.

A partir das incursões descritas, a pretensão deste trabalho cinge-se na reflexão dos problemas contemporâneos que atordam a Educação e, conseqüentemente, a sua qualidade. Entretanto, a qualidade da Educação nunca alcança o cume, impossível de sua melhora, senão, uma prática incessante de superação de obstáculos por meio de alternativas que se pressupõe ser mais filosóficas e solucionistas. Entrementes, a abordagem desta temática consubstancia-se em duas partes, nas quais (i) identifica-se os problemas tenentes do século XXI na Educação, como desvio à conduta docente esperada; e, (ii) propõe-se, sob a perspectiva ética, a possibilidade para o enfrentamento e sobrepujamento do caus pedagógico do "tempo" presente.

Desvios éticos na profissão docente

A eficácia e eficiência do ato educativo pressupõe que os Sujeitos da Educação estejam comprometidos com sua nobre e desafiadora missão, de engajamento para a transformação individual e do outro e para a salvaguarda da dignidade humana no exercício da profissão e nas relações sociais. Dessarte, a falta e/ou crise de princípios ético-morais na vida de determinados indivíduos propicia a proeminência de diversas práticas que corroem, profundo e continuamente, a sociedade e a Educação, só para citar alguns exemplos: a corrupção, o assédio sexual e moral e o enfrentamento desumano à questão da (in)disciplina. Problemas estes que serão abordados a seguir, na mesma ordem, para a sua melhor aceção.

Corrupção

A atividade dos profissionais da Educação é a formação racional e do caráter do Homem, com a pretensão de "construir-se" uma sociedade mais humana, consciente, de elevado sentido de cumprimento de suas obrigações ético-morais, de amor e respeito ao outro e à humanidade e de dignidade humana. Ora, isso exige alto grau de princípios rígidos de conduta, uma vez que, a fraca e/ou a crise da eticidade pode "conduzir" ao envolvimento em atos de corrupção. Esta prática, cometida pelos docentes, tanto do género feminino quanto masculino. Nesta senda:

Na administração pública, a corrupção pode ser entendida como o uso da função para o proveito indevido, próprio ou de terceiros, para o benefício de um grupo de pessoas singulares ou colectivas, com quem um determinado servidor público está associado ou relacionado, em prejuízo do interesse colectivo. (...) é o comportamento desviante dos deveres formais de um papel público motivado por ganhos privados (pessoais, familiares, etc.) de riqueza ou *status*. (BR - N.º 232, 2022, p. 2048; NYE *apud* MOSSE & CORTEZ, 2006, p. 8)

Com base na afirmação, todo servidor público, inclusive, o profissional da Educação deve dedicar, integralmente, os seus conhecimentos e valores ético-morais ao serviço do outro, isto é, à satisfação do bem-estar físico-mental de todos que buscam o máximo da sua inteletualidade e abnegação, como obrigação moral da profissão, tanto no exercício do dever na arena pública quanto na privada.

Assim, a motivação para a corrupção, nos dias atuais, é mais do que salários baixos e míseros. Ora, constitui, a causa fundamental a falta e/ou da crise de princípios ético-morais dos servidores públicos, em geral, e da "classe" docente, em particular. Dessarte, o trabalho profissional docente tem prestígio apenas quando se

aplica os conhecimentos individuais para o desenvolvimento intelectual e humano do outro. No setor público, no geral, e no PEA, em especial:

A ausência da corrupção é uma condição necessária não só para se propiciar educação de qualidade, mas também para permitir o acesso à mesma e a equidade neste domínio. Infelizmente, nos sistemas de educação, o suborno e o peculato têm sido descritos como os mais comuns atos de corrupção. (HALLAK & POISSON, citados em INICIATIVA GLOBAL PARA A EDUCAÇÃO E EMPODERAMENTO DE JOVENS NA ÁREA DE COMBATE À CORRUPÇÃO, s/d)

Deste modo, alguns gestores de Educação e docentes desviam-se da prática ética, exigem gratificações, em "valores" monetários e/ou bens, aos estudantes como condição para a sua aprovação, o que contribui para a fragilidade do PEA e o desinteresse destes com a conquista de novos conhecimentos e sua transformação humana. Por sua vez, a qualidade da Educação depende da superação da questão da corrupção, pois, com a não concepção de estudantes como clientes, envolvendo-os em esquemas ilícitos e imorais diversas, o docente esmera-se, unicamente, para o PEA, sem esperar algo em troca por parte dos estudantes. Ao contrário disso:

O docente começa a preparar, logo no início do ano, as condições para exigir pagamentos aos alunos. Uma das armadilhas é elaborar testes considerados difíceis, os quais tornam o estudante dependente; depois de dois ou três avaliações, o estudante apercebe-se que está chumbado e vê como solução a negociação com o docente. Outros ainda preferem que os estudantes lhe paguem bebidas alcoólicas nas barracas. (MOSSE & CORTEZ, 2006, p. 13)

Ademais, o docente é um dos profissionais da Educação que, frequentemente, se envolve em esquemas de corrupção por diversas modalidades - negócio de vagas de estudo e/ou trabalho, falsificação de notas, venda e compra de notas e de Certificados falsos, entre outras. Estas práticas, como alguns exemplos, constituem indícios de desamor e desonra à Humanidade, na medida que ao estudante é negada a sua dignidade humana e considerado um recurso valioso e indispensável para a satisfação de interesses individualistas.

Entretanto, com vista à formação e ao desenvolvimento duma sociedade e escola ideal, torna-se necessário que todos docentes estejam decididos a fazer a diferença na comunidade onde habitam e na instituição onde trabalham, fazendo

surgir, desse modo, a esperança de um mundo melhor, com referências éticas, adquiridas na partilha verbal e/ou na conduta genuína e exemplar docente. Estes não podem mudar, diretamente, o mundo; mas, sem dúvidas, cada é capaz de fazer a diferença na vida das pessoas próximas e dos demais que cruzam a sua jornada diária. Para tal, urge a obrigação da opção do *modus operandi* humano e profissional.

Assédio sexual e moral

O outro desvio ético que se manifesta, às vezes, em "paralelo" com a corrupção, é o assédio sexual e moral. Esta prática, em maioria das vezes, de natureza masculina sobre o gênero feminino, tende a denegrir o perfil docente. Outrossim, atentando a dignidade da "classe" estudantil. Para a sua superação torna-se necessária a restauração da tradição filosófico-educativa, enraizada pelos iluministas na Idade Moderna: igualdade, tolerância, liberdade, respeito, fraternidade, (re)conhecimento mútuo, responsabilidade, diálogo, conhecimento, comprometimento e racionalidade; e dos princípios bíblicos outrora transmitidos pelo didata Jesus Cristo (séc. 7-2 a.C, período de nascimento não consensual), que podem ser integrados na prática educacional, efetivamente, racional: gratidão (Tessalonicenses 5:18), Verdade (Provérbios 12:19, João 14:6, Efésios 4:25), honestidade e lealdade (Oséias 12:6), justiça (Salmos 11:7), humildade (Filipenses 2:3) e amor à humanidade (João 15:12, Mateus 22:39 e 5:44).

Agregando ideias ao pensamento, o autor acrescenta três (3) princípios na classe docente, os dois primeiros de sua autoria, nomeadamente: governamentalidade (domínio da sua mente), governasentimentalidade (faculdade de gerenciar os próprios sentimentos no ato educativo) e discordância conceptual (capacidade e coragem intelecto-moral, estudantil e/ou docente, de discordar quando não se concorda. Deste modo, superando a cobardia). Ora, o assédio sexual e moral ocorre quando:

Os docentes usam a intimidação e a ameaça para fazer com que estudantes lhes prestem favores sexuais em troca de uma passagem de classe. Nalguns casos, a cobrança de sexo acontece quando determinada estudante mostra-se sem dinheiro para pagar o docente. Se a estudante recusa, acaba mesmo chumbando, optando por mudar de instituição. (MOSSE & CORTEZ, 2006, p. 23)

Conforme anunciado, o assédio sexual e moral implica a transformação do estudante em objeto, um instrumento que sirva, unicamente, para a satisfação dos instintos e prazeres sexuais do docente, transgredindo-se, deste modo, a sua dignidade humana. O estudante, pelo fato de ser humano, merece o devido amor e respeito à sua humanidade, à sua personalidade. No entanto, é indispensável a "construção" do caráter da "classe" docente, de modo que possa abandonar o ato de assédio sexual e moral.

Para o efeito, o docente deve "tomar" a consciência que os seus estudantes constituem futuros funcionários, de setores públicos e/ou privados, em alguns casos, seus colegas diretos de profissão e/ou superiores hierárquicos, com os quais serão necessárias relações cordiais e de cooperação. Projeto que, cada vez mais, se torna enfraquecida, devido ao comportamento "corrente" dos profissionais da área que consiste na degradação do profissionalismo e da humanidade destes, transformando-os em técnicos frustrados e ressentidos.

Conseqüentemente, com a falta de referências na sala de aula, em alguns casos, os futuros "quadros" poderão replicar os desvios éticos "correntes", possivelmente, por um lado, para reaver o seu investimento ilícito realizado (corrupção), por outro lado, pela definição de estratégias que "conduzam" aos fáceis benefícios sexuais dos seus estudantes (assédio sexual e moral), tal como desejava, quando assistia os ganhos e a exibição dos seus docentes ao fazê-lo. Logo, o assédio sexual e moral contribui, cada vez mais, para a redução da qualidade da Educação, pois, os estudantes empenham-se menos no PEA em confiança na troca de favores, mesmo que, em algumas circunstâncias contra a sua própria vontade. Na vida social e em quaisquer circunstâncias:

O sexo transferido para a cabeça é sexualidade, pensar a respeito dele é sexualidade, vivê-lo é algo diferente. Se você puder vivê-lo, poderá ir além dele. Qualquer coisa vivida totalmente leva-o além. Assim, não fique com medo de coisa alguma. É por isso que, se não houver amor, o ato sexual será um ato apressado. Você está usando o outro; o outro é apenas um meio. E o outro está usando você. Se você não estiver com pressa de terminar o ato, o ato logo se tornará cada vez menos sexual e cada vez mais espiritual. (OSHO, s/d, p. 33 e 43)

Acrescentando a ideia, o sexo constitui um ato que deve ser pensado e praticado entre pessoas, entre pessoas adultas e por consentimento. Este consiste,

não apenas uma ação para a procriação e satisfação do líbido, igualmente, na "(re)construção" e consolidação da dignidade humana, por meio do diálogo, do carinho, da atenção, da "exploração" íntimo e mental e do apoio psicossocial de ambos. Deste modo, a sua prática não deve ser "instrumental" nem individualista, em ambição de suas emoções e seus desejos instintivos, pois, isso limita o viver, profundo e totalmente, o sexo, ao inibir a sua criatividade coletiva.

Ademais, o sexo é um ato de libertação física, psíquica, emocional, racional, criativa e humana, porém, ocorrendo contra a vontade de uma das partes torna-se inibição do próprio Eu e da sua imaginação. Por isso, ao em vez de "construir" a dignidade humana, torna-se uma "coisificação" do Sujeito envolvido sob coação, em busca de mera (auto)satisfação, como acção egoísta. Ainda mais:

A sexualidade é uma parte importante da vida de qualquer ser humano. Isso quer dizer que uma parte abrangente e complexa de questões que incluem funções sexuais do corpo, interações sociais, relacionamentos amorosos ou sexuais, orientação sexual, valores e crenças, saúde sexual, por tanto, todas pessoas têm igualmente sentimentos sexuais, necessidades e experiência. (HEIGHWAY & WEBSTER *apud* MAIA, 2015, p. 71)

Enquadrando este raciocínio nesta abordagem, o estudante pode desejar, pensar, fantasiar e "construir" uma "orgia sexual". Todavia, este pode não estar a defini-la com a classe docente, ainda que essa concepção seja ignorada por alguns Sujeitos da área. A formação e a prática docente deve levar em consideração de que o estudante tem total autonomia sobre a sua sexualidade, isto é, acerca da escolha e decisão de à exibir a sua nudez e com quem manter relações sexuais. Neste contexto, é necessário que se (re)conheça, nas esferas sociais, inclusive, na educativa que:

"Toda pessoa é íntegra em sua sexualidade, a despeito de qualquer limitação sexual. Apesar disso, a sexualidade da pessoa é um tema pouco abordado em pesquisas, propostas pedagógicas ou processos de reabilitação" (MAIA, 2006, p. 4). Adicionando esta reflexão, a apresentação afrodisíaca (estética, olhos e sorriso lindos, contornos corporais e sensualidade) de algumas estudantes "faz" com que estas, na maioria das vezes, sejam vítimas do assédio sexual e moral como se tivessem apelado por essa dádiva à Deus e/ou aos seus pais. Esta situação transparece a ideia destas serem culpadas da sua fisionomia, fato que certos indivíduos da "classe" docente intentam estratégias para o uso deste grupo de aprendizes como "objetos" sexuais.

Desta forma, a sociedade e a Educação atual imperam que o docente opte sempre, dentro e fora da sala de aula, por ações que dignifiquem a "classe" estudantil e a sua profissão. O mundo atual exige, à estes profissionais, a sua transformação em filósofos, sociólogos, terapeutas, psicólogos, psiquiatras face aos múltiplos comportamentos e situações de vida do estudante, apelando sempre a sua reinvenção, rápida e sábia resposta. Logo, o docente deve capacitar-se, buscar e encontrar mecanismos de superação de sua deficiência intelectual e ético-moral. Continuando :

A sexualidade é crucial para a emancipação do relacionamento puro, assim como para a reivindicação da mulher ao prazer sexual. A sexualidade é descentralizada, liberta das necessidades de reprodução e pode ser caracterizada como um traço da personalidade e, desse modo, está intrinsecamente vinculado ao eu. O controle sexual dos docentes sobre os estudantes é muito mais que uma característica incidental da vida social moderna. No momento abriu-se um abismo emocional entre os dois e não se pode dizer quanto tempo levará a ser transposto. (GIDDENS, 1993, p. 10-11)

Assim, a (sobre)vivência das relações sexuais está condicionada à sexualidade, isto é, à sua reflexão. As interações sexuais entre o docente e o estudante são, em muitas ocasionais, definidas por um prazo de sua vigência, mediante o contrato comercial estabelecido entre ambos, sobre a ameaça de reprovação ou a gratificação de aprovação. Contudo, o fim da sexualidade implica, cedo ou tarde, o abandono das relações sexuais, uma vez que, sem a sua reflexão não haverá a sua prática. O sexo constitui atualização, (re)constituição, definição do seu Eu, pela satisfação e felicidade que possa proporcionar quando voluntário, interessado e interessante.

Continuando com a ideia, os envolvidos no ato sexual, quando consentido, têm a obrigação, mediante a sexualidade de ambos, de engajar-se para (auto)satisfação, cruzando as suas ideias, de forma comunicacional (diálogo, gestual e/ou sonora), sobre a prática. Presume-se que, muita das vezes, há ausência da sexualidade coletiva na ação sexual entre docente e estudante, uma vez que, o sexo é concedido sob coação, ameaça, chantagem e promessas, em demanda da perpetuação do deleite, do lascivo e erótico, da volúpia e libidinagem, resultado de pretensões individualista e egoísta.

Infelizmente, o profissional da Educação converte o sexo em prática singular, banal, mercantil, desportiva, de frustração e prostituição. O ato sexual torna-se singular, neste caso, na medida que, devido ao recurso à "força", o docente é inibidor à conexão de ambos como pessoas, constituindo uma ação individualista, na qual a estudante é vista apenas como "objeto" de satisfação do líbido masculino.

A questão da (in)disciplina

A questão da indisciplina tem sido levada ao debate, mesmo sem consenso sobre o que, realmente, seja. Ainda que vários pensadores compreendam-na, unicamente, como algo negativo à vida social e académica, e poucos entendendo-na em perspectiva positiva. De maneira geral, a indisciplina tem sido concebida como simples contraposição ao conceito de disciplina, sem se questionar acerca da eticidade que possa se estar reivindicando pelo Sujeito designado como indisciplinado. Este posicionamento pode ser confirmado com a afirmação do autor a seguir, ao anunciar que:

O termo indisciplina quase sempre é empregado para designar todo e qualquer comportamento que seja contrário às regras, às normas e às leis estabelecidas por uma organização. No caso da Universidade, significa que todas as vezes que os estudantes desrespeitam alguma norma desta instituição serão vistos como indisciplinados, sejam tais regras impostas e veiculadas arbitrariamente pelas autoridades universitárias (direcção e docentes), ou elaboradas democraticamente. (SILVA, 2004, p. 21)

No entanto, uma sociedade e instituição de ensino sem disciplina encontra-se (rumo ao) abismo porque torna possível e salutar qualquer conduta individual, moral ou imoral, justa ou injusta. A indisciplina torna-se crucial quando é para a rejeição aos desmandos da "classe" docente, pois, quando gerida, racional e discursivamente, não emocionalmente, é capaz de trazer mudanças melhores ao "ambiente" conhecimento, na medida em que permite o debate e a justificação das normas que possam constituir entraves para o cumprimento de certas orientações.

Aprofundando ainda o assunto, diante da (in)disciplina, torna-se necessário evitar-se as reações de calúnias e penalizações, porque uma abordagem errada deste problema pode originar dificuldades de inserção ao PEA, de desistências de escolarização, entre outras contendas. A escola deve ser concebida como um espaço acolhedor, solidário, tolerante, dialógico e dialogante e de respeito mútuo.

Para Aquino (2003, p. 9), "indisciplina é a afronta – declarada ou não – aos códigos normativos em vigor naquela instituição, sejam eles razoáveis, justos, recíprocos, ou não". Assim, a indisciplina é, geralmente, entendida como uma ação, absolutamente, desnecessária na Educação. No âmbito ético, pode-se presumir a sua concepção em dois sentidos. Por um lado, pode significar rejeição parcial ou total das suas obrigações estudantis, dentro e fora da sala de aula, que possam "conduzir" ao conhecimento e à uma vida mais ética e moral como, por exemplo, brincadeira durante o estudo, comunicações barulhentas e que criam desatenção individual e colectiva da turma, não realização frequente ou sabotagem da acção pedagógica.

Por outro lado, a indisciplina pode constituir uma prática necessária e ética de denúncia e recusa às regras que contestam os "valores" fundamentais sociais e da dignidade humana do estudante e da "classe" docente. Neste ínterim, é um direito imprescindível de reivindicação às exigências imorais e ilegais impostas pelo docente, uma vez que, nenhum indivíduo é, moralmente, forçado a cumprir normas que violam o ideal da sociedade e da Educação, como a corrupção e o assédio sexual e moral. Deve-se empreender esforços para a sua continuidade desta segunda posição.

Ora, quando a indisciplina é positiva o que se deve combater é a disciplina estudantil, isto é, o cumprimento de normas ilícitas e anti-éticas instituídas pelo docente. Dito isto, a gestão da (in)disciplina negativa e tentativa de seu sobrepujamento exigem uma "resolução que visa sustentar uma saudável relação entre o docente e o estudante, caracterizada pela preocupação com o outro. Uma tal relação implica necessariamente uma boa comunicação, assente em competências". (GORDON *apud* AIRES, 2010, p. 30)

Ainda no mesmo assunto, a conduta do docente, no afrontamento à indisciplina negativa, deve ser de autoridade, não de autoritário, isto é, de quem estabelece as "condições para que os seus conhecimentos transformem a animalidade em humanidade e preserve o estudante de se desviar, mediante seus impulsos animais, da sua destinação – a humanidade" (KANT, 2012, p. 9-10). Sendo assim, agir de forma autoritária pressupõe que o docente, ao em vez de dialogar com os estudantes, procura impor as suas exigências, pela(s) força, chantagens, ameaças, intimidações e pelos ataques morais como forma de instalar e/ou restituir a ordem.

Desta forma, as práticas maléficas notáveis na "classe" docente (por exemplo: de corrupção, assédio sexual e moral, entre outras) constituem também atos de indisciplina negativa, pois, violam as regras de (con)vivência social e académico-profissional. Por um lado, os estudantes podem apresentar dificuldades de

aprendizagem e perda de atenção às aulas e comparecer apenas quando lhes convir, na medida que "tomam" a consciência de que a sua presença pouco agrega conhecimento técnico-científico e ético-moral, senão, para constituir vítima de difamação. Por outro lado, consciente ou inconscientemente, as acções docente podem incitar condutas de "indisciplina", neste contexto, positiva, do estudante ao reivindicar humanismo na sala de aula, uma vez que, este não é, legal nem moralmente, obrigado a cumprir normas que atentam a dignidade da sua pessoa.

A transição do agir estratégico ao comunicativo como resposta ao problema de desvio ético na profissão docente

Habermas relaciona a sua teoria, ética do discurso, à duas acções opostas, o agir estratégico (individualista) e o agir comunicativo (universalista). As práticas de corrupção, assédio sexual e moral e a questão da (in)disciplina, como alguns dos problemas sociais e educacionais contemporâneos, devem ser consciencializados e abordados por meio da dimensão comunicativa. Ora, a superação do agir estratégico pelo comunicativo constitui um desafio árduo, pois, ainda que esta ofereça decisões éticas não disponibiliza soluções imediatas e de benefício individualista.

O agir estratégico estimula que "o sujeito actua sobre o outro para ensejar a continuação desejada de uma interacção" (HABERMAS *apud* REESE-SCHÄFER, 2009, p. 47). Ora, esta prática é incapaz de resolver os problemas sociais e educacionais atuais, uma vez que, na sua aplicação, os Sujeitos preocupam-se apenas com os fins e resultados imediatos, sem observar os procedimentos de sua conquista. Logo, a "classe" docente age somente mediante a demanda pela satisfação de interesses individualistas, o que permite a concepção de autoridade como autoritarismo, o recurso às promessas de aprovação, às ameaças de reprovação e às seduções aos estudantes – conduta que pode instalar o temor às represálias. Assim, a falta ou o fraco interesse pela dignidade humana, nas relações diárias, caracteriza a Época Contemporânea como a "Era do vazio", a qual representa:

O imperativo total do individualismo, em que o docente preocupa-se apenas pela satisfação dos próprios interesses sem se questionar nem importar com os anseios dos estudantes. Tudo o que, ao longo da história, foi considerado bom exemplo e património humano, as boas práticas docente, é traduzido em idiotice, vergonha e repúdio. O estudante tem valor somente se puder para ajudar no alcance das pretensões do Eu. (LIPOVETSY, s/d)

Tendo como ponto de partida a ideia acima, no agir estratégico, o docente comporta-se como se não mais tivesse consciência moral, o que faz com que não meça esforços para a "construção" e prática de ideias que possam conduzi-lo à determinados benefícios individualistas sobre o estudante, mesmo que seja necessário mentir, enganar, fingir, coagir, ameaçar e humilhar. Em algumas situações, as expressões "burros" e "inúteis" podem tornar-se um novo estar do PEA, pois, quanto mais terror causar no estudante mais é o elitismo.

Ainda na mesma lógica, a cada dia o docente reinventa-se para a corrupção, o assédio sexual e moral e à questão da (in)disciplina, pois, a harmonia pedagógica é estabelecida apenas se o estudante poder servir de recurso para atingir os planos macabros traçados e colocados em prática pelo profissional da área. Esse transtorno de conduta é capaz de "conduzir" o estudante ao desencantamento pelo PEA e pela moralidade e eticidade. Neste âmbito, com o "curso" do agir estratégico e instrumental, é inevitável que:

O século o XXI poderá não ser o século da formação de pensadores mas o século das doenças psíquicas, psicossociais e psicossomáticas. As sociedades modernas vivem grandes e graves problemas que impedem a formação de pensadores. O belo está cada vez mais estereotipado, o consumismo se tornou uma droga coletiva (...), até a busca da estética do corpo tornou-se uma paranóia coletiva, pois procura-se ansiosamente por ela, mas não se importa em ser um engenheiro de idéias que constrói a sabedoria existencial e a maturidade da inteligência. Por isso, a arte de pensar está sufocada; o prazer de ser um caminhante nas avenidas do próprio ser e de trabalhar as angústias existenciais está combalido; a aventura (...) ao processo de construção dos pensamentos tem sido um privilégio de poucos (...). Se não ocorrer a revolução do humanismo, da cidadania, da democracia das idéias, da arte de pensar e, ainda, uma profunda revolução no processo educacional, o século XXI não será o século da formação de pensadores (...). Teremos homens bem-informados, grandes especialistas, que navegarão cada vez mais pela internet e que terão acesso às universidades virtuais e a um rico caldeirão de informações como nunca ocorreu antes na história humana, mas, ao mesmo tempo, serão homens que não saberão pensar, duvidar, criticar as convenções do conhecimento, transformar o conhecimento vigente. (CURY, 2006, p. 426-427)

Acrescentando a ideia supracitada, a racionalidade, eticidade e moralidade encontram-se em colapso, uma vez que, os Sujeitos tornam-se, cada vez mais menos capazes de adotar um modo de vida que inclua o bem-estar físico, mental e emocional próprio e do outro. Em algumas circunstâncias, docente-estudante detêm diversa informação, porém, incapazes de transformá-la em conhecimento e em aplicá-la em situações concretas da(s) sua(s) vida(s). Desta forma, dentro e fora da sala de aula, vários estudantes e docentes transportam consigo a angústia de sua existência, resultado da falta ou do fraco domínio da sua mente e emoção, o que faz com que revelem, cada vez mais, problemas psíquicos, psicossociais, psicossomáticos, narcisistas e egolátricos.

Entrementes, estes pressupostos, diversas vezes, têm "conduzido" as crianças, os jovens e adultos, docentes e/ou estudantes, ao consumo moderado ou em elevado índice de drogas (i)lícitas (como alguns exemplos: bebida alcoólica, maconha, cocaína e heroína), ao suicídio e às diversas violências (doméstica, psicológica e sexual), como forma de alívio da angústia existencial e/ou diversão. Devido às estas fragilidades e aos constrangimentos da conduta educacional anunciados, que destacam o alto sentido do individualismo, propõe-se, à sociedade e às instituições de ensino, a passagem progressiva do agir estratégico para o comunicativo. Assim sendo:

A acção comunicativa permite eliminar todas actividades que, exclusivamente, tenham como finalidade o sucesso, isto é, os interesses individuais. (...), esta abre espaço para o uso da linguagem como meio de troca de informação, de tal maneira a conduzir os discursantes, especialmente, ao consenso. A anuência sobre os preceitos morais que devem orientar o estado de paz é alcançada apenas de forma voluntária (...). Deste modo, tudo o que é adquirido por meio de gratidão, intimidação e equívoco, não é considerado como consenso, uma vez que deixa por fora a vontade individual. (HABERMAS, 1990, p. 71-72)

Ademais, o agir comunicativo "leva" à abordagem coerente dos problemas de corrupção, assédio sexual e moral e a questão da (in)disciplina, uma vez que, admite, incentiva e respeita as diferenças individuais, o bem comum e estar coletivo. Os estudantes e docentes deixam, deste modo, de ser anti-sociais. Porquanto, o "anti-social" não deve ser entendido na ideia corrente, que pressupõe ser o Sujeito que não ou menos participa de práticas mais emotivas: comemorações de aniversários,

diversas festividades, "curtição" aos fins-de-semana, empolgação com datas natalícias.

Ora, deve-se conceber "anti-social" como o Sujeito que adota uma conduta que "viola" os bons hábitos e preceitos de harmonia social - justiça, tolerância, humildade, amor ao próximo, dialogicidade, governamentalidade, governasentimentalidade e discordância. Constituem algumas práticas anti-sociais o furto, a blasfemia, a mentira, o egotismo, a intolerância às diferenças sociais e políticas. Dessarte, para a "(re)construção" de um "ambiente" humano de (con)vivência, do PEA e da dignidade humana, os Sujeitos concernidos, docente e estudante, procuram consensualizar os ditames dos interesses individuais, mediante o diálogo que se orienta ao entendimento mútuo. Dito isto:

O docente abandona a acção de satisfação de interesses individualistas em seus estudantes, pois, representa a transformação do outro em "objecto" e propriedade do seu conhecimento e desenvolve a prática desinteressada e generosa de (con)vivência – alteridade. O estudante passa a ser visto como outro, quem se preserva a sua dignidade humana. (LÉVINAS, 1997)

Neste âmbito, a profissão docente é concebida como o exercício de amor e altruísmo, no qual há distinção entre os interesses individuais e individualistas, adoptando-se os primeiros em rejeição dos segundos. A demanda pela vida individual não pressupõe a negação da personalidade do outro. Mas, o individualismo docente conduz à negação do estudante e da sua dignidade humana, uma vez que, não há reconhecimento do seu Eu e das necessidades humanas de sua escolarização. Ser docente significa ir ao encontro da pessoa do estudante, "conduzí-lo" à governamentalidade, governasentimentalidade e discordância, como recursos de controle da mente e do afetivo. Assim, para a saúde físico-mental e do bem-estar emocional, "não deve considerar-se como válido nenhum tratado de diálogo que se tenha feito com a reserva secreta de elementos para uma guerra futura" (KANT, 2008, p. 130).

Considerações finais

Conforme o abordado, a Educação é a prática de transformação própria e/ou do outro, neste contexto, do docente e do discente, para a aproximação da perfeição que, mesmo com o total esforço, nunca poderá ser alcançado. Todavia, sem reservas,

ambos Sujeitos encontrar-se-ão cada vez mais distante e da sua genuína imperfeição. Isso é notável deste as comunidades primitivas que os seres humanos, a classe docente e a estudantil, juntos acumulavam conhecimentos e princípios de conduta que lhes permitiam a constituição da sociedade mais civilizada, cultural e moral.

Dessarte, não se pode deixar de referir que o conteúdo do texto permitiu a tomada de consciência que o problema da corrupção, do assédio sexual e moral e da (in)disciplina constitui um mal social, académico e educacional, na medida que contribui apenas para a degradação económica e humana dos moçambicanos. Esta conduta, na perspectiva do texto, faz com que a "classe" docente seja desconfiada e desprestigiada de sua nobre missão de *educare*, uma vez que ela própria coloca em "xeque" a sua dignidade humana e identidade profissional.

Neste âmbito, no qual as injustiças tornaram-se mais comuns, infelizmente, o docente que trata os estudantes com humanismo, delicadeza e conhecimento pode ser vinculado ao idiotice, pelos colegas corruptos e assediadores. Ora, com vista à salvaguarda da (ideal) identidade docente e sua respetiva dignidade profissional, o autor propôs a ética do discurso, teoria habermasiana, capaz de "condução" dos profissionais da Educação às ações mais altruístas, dialógicas, inclusivas e racionais para a formação e o desenvolvimento integral do outro (o estudante).

Referências bibliográficas

AIRES, L. *Disciplina na sala de aula: um guia de boas práticas para professores no terceiro ciclo do ensino básico e secundário*. 2ª ed.. Lisboa: Porto, 2010.

AQUINO, J. G. *Indisciplina: o contraponto das escolas democráticas*. São Paulo: Moderna, 2003.

BARBOSA, W. N. *Descolonização e Racismo: atualidade e crítica*. 2011.

CURY, A. *Inteligência Multifocal: análise da construção dos pensamentos e da formação de pensadores*. 8ª ed.. São Paulo: Cultrix, 2006.

GIDDENS, A. *A Transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Unesp, 1993.

HABERMAS, J. *Pensamento Pós-Metafísico*. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

INICIATIVA GLOBAL PARA A EDUCAÇÃO E EMPODERAMENTO DE JOVENS NA ÁREA DE COMBATE À CORRUPÇÃO - GRACE. *Ferramentas de Apoio ao*

Desenvolvimento de Conhecimentos para Académicos e Profissionais: corrupção na educação. Viena: UNODC.

KANT, I. *A Paz Perpétua e Outros Opúsculos.* 7ª ed.. Lisboa: Textos Filosóficos, 2008.

_____. *Sobre a Pedagogia.* Lisboa: Edições 70, 2012.

LÉVINAS, E. *Entre Nós: Ensaio sobre a Alteridade.* Petrópolis: Vozes, 1997.

LIPOVETSKY, G. *A Era do Vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo.*

MAIA, A. *Sexualidade e Deficiências.* São Paulo: Unesp, 2006.

_____. *Inclusão Social e Deficiência: a educação sexual para pessoas com deficiência intelectual.* 2015. Org.: David, C.; Silva, H; Ribeiro, R. & Lemes, S. (2015).

Desafios contemporâneos da Educação. Brasil: Cultura Académica.

MOSSE, M. & CORTEZ, E. *A Pequena Corrupção no Sector da Educação em Moçambique.* Maputo: Centro de Integridade Pública (CIP), 2006.

OSHO. *Tantra: Espiritualidade e Sexo.* 2ª Ed.

REESE-SCHÄFER, W. *Compreender Habermas.* 2ª ed.. Brasil: Vozes, 2009.

SILVA, N. P. *Ética, Indisciplina e Violência nas Escolas.* Petrópolis: Vozes, 2004.

A EXEGÉTICA DO TEÍSMO E DO DEUS CRISTÃO SOB A FENOMENOLOGIA HEIDEGGERIANA NO ESCENARIO MOÇAMBICANO

Remígio Avelino Chichongue¹²

Resumo: O Homem, desde os tempos remotos, teve a vida associada à religião, inicialmente, ao hinduísmo, como uma das primeiras, posteriormente, às demais que foram surgindo. Este texto apresenta e discute as tendências contemporâneas da religião no proscenio moçambicano, com enfoque para a Teologia, na qual se pode enquadrar o teísmo e o Deus "venerado" pelos cristãos. Ora, o autor "lança" crítica à aplicação imoral e inescrupulosa da fé e da razão, pela maioria que se (auto)intitula crente, procurando tirar proveito uns aos outros em benefícios individualistas. Alguns Homens são capazes de atuar como "angelicais" na igreja e como "satânicos" na sociedade, atormentando a vida dos seus (con)viventes.

Palavras-chave: Teísmo; Ateísmo; Deus Cristão; Fenomenologia; Moçambique.

¹² Formado em ensino de Filosofia hab. em História, Universidade Pedagógica (UP), e em Ciências de Educação, Universidade São Tomás de Moçambique (USTM). E-mail: rchichongue17@gmail.com

Introdução

O presente texto pretende analisar a realidade religiosa contemporânea, neste caso relação Homem-Deus, com base no pensamento de Martin Heidegger (1889-1976), um dos influentes filósofos do século XX por "rejuvenescer" a questão do Ser e da Ontologia. O método fenomenológico, fundado por Edmund Husserl (1859-1938), consiste na dialética entre a ciência e a ideia do Ser na vida atual desesperada pela força divina, pelos seus milagres e pela extorsão do crente pacato. Nesta senda, repudia-se o recurso à fé e razão como estratégias para a satisfação dos interesses individualistas, a banalização do intelecto e das relações humanas, em sua substituição, apelando-se a efetiva homilética. Ademais, o artigo anuncia-se em três (3) partes: a primeira, concepção heideggeriana de fenomenologia; a segunda, crítica ao Teísmo e a questão do Ateísmo; e, a terceira e última, análises ao Deus cristão.

Concepção heideggeriana de fenomenologia

O pleno conhecimento de um ente depende do alcance da sua essência, isto é, das propriedades fundamentais e indispensáveis que fazem deste o que, efetivamente, é, diferente dos outros. Desta maneira, sendo Deus um Ser de difícil apreensão, Heidegger propõe o método fenomenológico como alternativa para a sua inteligibilidade. Nesta perspectiva, para a fenomenologia:

"(..)Só é acessível o fenômeno, aquilo que se mostra implícita ou explicitamente na experiência. Logo, ela (a fenomenologia) exige um contato direto com o fenômeno, isto é, possui um carácter essencialmente experimental" (LEITE, 2012, p. 51-52). Assim, o supra-sensível ou a divindade é alcançado apenas mediante as vivências quotidianas, ou seja, a experiência diária. A experiência constitui a condição para a inteligibilidade ou a visibilidade do fenômeno, uma vez que é nela que os entes se manifestam. Fenômeno é a manifestação ou a revelação dos entes/das coisas. A aplicação do método fenomenológico significa a tendência de compreender as coisas como elas são e como elas se revelam. Neste contexto:

Um método deste tipo deveria ser de maior importância para a teoria hermenêutica, pois implicava que a interpretação não se fundamente na consciência humana e nas categorias humanas, senão na manifestação da

coisa com que deparamos, da realidade que vem ao nosso encontro (HEIDEGGER *apud* PALMER, 1969, p. 134).

Entretanto, a fenomenologia como método é eficaz para a ciência hermenêutica, pois, suprime qualquer influência individualista humana na interpretação dos fenômenos. A inclusão de interesses particulares no conhecimento dos fenômenos pode "viciar" e alterar o seu sentido real. A fenomenologia privilegia a descrição e/ou explicação dos entes tal como se representam e se manifestam na experiência diária do Homem, do intérprete, uma vez que apenas nesta situação torna-se possível conhecer o Ser das coisas, a sua essência. Neste cenário:

A fenomenologia para a teologia seja permitir-lhe pensar-se a si própria a aquilo de que ela fala, para além das incompreensões ontológicas das quais ela poderia ser vítima. A fé, em seu núcleo mais íntimo, é inimiga mortal da filosofia enquanto pensar radical (HEIDEGGER *apud* LEITE, 2012, p. 36).

Ora, a fenomenologia pode ser entendida como Filosofia. Por isso, ainda que haja relação, há separação entre a Teologia e a Filosofia, uma vez que nenhuma das partes "deposita" total confiança na outra. Ainda mais, para a Teologia, a fenomenologia não serve como ciência (crítica fundamental), senão como método que busca esclarecer os entes como são e se apresentam à consciência. A Teologia (fé) e a Filosofia (razão) não podem coexistir de forma equitativa. Incrivelmente, em várias ocasiões, a fé sobressai e "emburrece" diversos intelectuais, acadêmicos, filósofos que, na maioria das vezes, buscam a satisfação de interesses individualistas: funções religiosas elitistas e *status*.

Não só, alguns pobres procuram também sair da sua condição precária, não com a escolarização e trabalho, mas, por meio de cargos religiosos que, preferencialmente, permitem a gestão de dízimos, a facilidade de corrupção e/ou a recepção de ofertas como símbolo do crente expressar o seu amor à Deus. Esta ambição não é apenas do Homem pobre, pois, alguns dos endinheirados religiosos apresentam a mesma postura como forma de consolidação do seu poder econômico e elitismo. Na mesma lógica:

Há diferenças entre grupos sociais em matéria de honra ou prestígio social que lhes são conferidos. As diferenças de status são o resultado das divisões de classe nas sociedades. O status varia frequentemente de forma

independente das divisões da classe. A posse de riqueza material tende normalmente a conferir um status, mas existem muitas exceções. (WEBER *apud* GIDDENS, 2004, p. 287-288)

Dessarte, para determinados crentes, o *status* é uma questão de dignidade e respeitabilidade que o outro deve o conceder, sem a obrigatoriedade de reciprocidade (receber e oferecer). A (não) considerabilidade humana revela as desigualdades entre os Homens, pois, uns julgam-se dignos às bençãos e bens materiais em relação aos outros. Deste modo, para a conquista e consolidação do poder, certos "crentes" são capazes de tudo (maquiavelismo): *macumba*, curanderismo, feitiçaria. Estes comportam-se como "donos da indústria da fé e da salvação"; ainda que sejam meros profetas e curadores que desconhecem prever a dimensão e a intensidade exata dos desastres naturais e dar a vidas aos inúmeros cidadãos efermos; e, (únicos) legítimos detentores da verdade do Cristo, mesmo não colocando em prática a vida ético-moral descrita na Bíblia.

Neste cenário, conquistado um nível médio ou alto de poder religioso, as vezes mínimo, vários dos dirigentes gostam, acima do respeito, de ser endeusados e de desdém do outro. estes tanto se esmeram, bajulam e corrompem para o alcance do poder, mas, pouco parece o fazer para o bem-estar da igreja, dos mais desfavorecidos, a não ser que seja a exibição de supremacia pelo novo posto. Deste modo, vê a nova posição como ocasião para a recepção interrupta ou constante de bens materiais e participação em banquete(s) em atividades religiosas, por menos horas que possam levar. A criação de condições e preparação destes desejos, muita das vezes, senão sempre, são resultantes de contribuições dos mais necessitados que possam não ter o que comer em sua casa.

Destarte, urge a necessidade de restauração da essência da Igreja, entre as suas variações: a "condução" do Homem ao conhecimento de Deus, o que significa amabilidade ao próximo; a prática do Bem; a conservação dos bens e os valores da Igreja; o respeito à família carnal (pais, irmãos, parceiro/a, filhos), comunidade e aos dirigentes da Igreja e dos poderes sociais; a não utilização do poderio da Igreja para o alcance e a concretização de fins individualistas. Assim, com essa conduta, se existir o Reino do Céu, sem dúvidas, estes Homens terão direito de lá estar. Senão, terão tido uma vida feliz, humana, honesta, inclusiva na Terra.

Ora, ainda que o Homem, aparentemente, "adore" à Deus todos dias e sob todas condições, se não executa boas ações para consigo mesmo e para com o seu

próximo não é nenhum missionário da salvação própria e da Humanidade. Pelo contrário, este Sujeito constitui um atentado à boa imagem e essência da Igreja.

Devido à ausência ou frágil solidez ético-moral, associado aos motivos vivenciais (in)comuns (recusa e fim das relações amorosas, fome, ambição, intolerância e indiferença para com outro), alguns destes, especialmente os jovens, alcançam o absurdo humano e a profanação de Deus ao tirar ou intentar a sua própria vida (suicídio) e a do outro (homicídio). Esta conduta demonstra, sem reservas, a incapacidade do Homem de, nas relações humanas e diversidades existenciais, optar pela dialogicidade, governamentalidade e governamentalidade.

Crítica ao teísmo e a questão do ateísmo

O ser humano, biologicamente, nasce, cresce, reproduz e morre, ainda que nem todos cumprem com esta trajetória. Apesar do conhecimento do fim último do corpo, este engaja-se para a vida espiritual, na possibilidade de eternidade de sua alma. Deste modo, se existe, de fato, a vida celestial para o Sujeito teísta poderá existir também para o ateu, uma vez que, ambos são seres humanos condicionados à salvação pela prática efetiva do bem para as pessoas de sua (con)vivência, sejam (des)conhecidos. Qualquer indivíduo, sendo (não) crente divina, pode fazer a diferença e tornar melhor a vida do outro.

Na concepção de Martin (2007), teísmo é a crença na existência de deus(es), estes que criaram e sustentam o *cosmos*. Teísmo não é uma religião, uma vez que não se trata de um sistema de costumes, rituais e não possui sacerdotes ou uma instituição. Teísmo é apenas o nome para classificar a opinião segundo a qual existe(m) Deus(es). O Teísmo pode-se dividir em Monoteísmo (crença em um só Deus); Politeísmo (crença em vários deuses iguais) e Henoteísmo (crença em vários deuses, mas com um supremo aos demais).

Entretanto, o teísmo admite o recurso à fé para atingir a verdade, alcançada apenas com o ato da renascença, isto é, do abandono à vida mundana e adesão àquela espiritual. A espiritualidade caracteriza-se pela crença do Homem em Deus e na vontade de servi-lo. Há uma relação de complementaridade entre a fé e a verdade, mas, nem sempre quem tem fé atinge a verdade. Como também, a verdade não é garantia de fé. Por isso, o Homem não deve ser reduzido ao mero objeto da vontade de deus(es), como quem é incapaz de traçar a sua própria jornada, de superar as diversidades da vida com recurso ao seu intelecto e de escolher as suas batalhas.

Nenhum Homem nasce e encontra, completamente, traçado o plano de sua vida (destino), cabendo a este apenas executá-lo, pois, não existe nenhuma possibilidade de alteração.

"O homem é o ente privilegiado, único capaz de discorrer acerca de seu ser e do ser dos demais entes circundantes. Deus é tomado ao nível dos demais entes" (HEIDEGGER *apud* FILHO & VICENTE, 2011, p. 44). No entanto, rompe-se com a condição de alcance da verdade, do conhecimento da realidade à sua volta e do supra-sensível unicamente por meio da crença na(s) força(s) divina(s). O Homem, à "luz da razão", é capaz de conhecer a si mesmo e as coisas de sua (con)vivência, pois, constitui a revelação do seu Ser - a racionalidade. Assim, o Homem pode moldar a sua própria vida com recurso às suas concepções do mundo (não) relacionadas à divindade. Por sua Vez:

"Ateísmo é a suspensão do juízo em relação a Deus para que se possa compreender a pura mundanidade do mundo, livre de toda a tendência de interpretá-la a partir da relação para com um Deus criador" (LEITE, 2012, p. 33). Dito isto, esta atitude é indiferente quanto à questão de Deus, verificando-se a probabilidade de sua (não) existência. O que não se admite é a identificação de Deus como a causa única primeira e final do Universo.

Logo, o Homem que não conhece a Deus, mas, que leva uma vida ético-moral, é mais humano e divino que aquele que vive na casa de Deus, porém, "diabolizando" a vida e a consciência dos outros. Não só, usando a palavra de Deus para blasfemar, maldizer e ameaçar ao outrem, físico e nas redes sociais, cada vez menos usada para a socialização, a intercultura, o amor e a partilha do que o outro possa ter viés reduzida para o acesso sem conhecer ao Senhor. Cada Sujeito tem o direito e deve escolher a maneira que julgar conveniente para servir a Deus, desde que não seja alguma desassociada do bem, senão será mera falácia.

Ainda na mesma premissa, o humanismo não deve ser considerado pela sua simples participação do indivíduo à Igreja, senão, pela transformação da vida do outro, prática do bem, contribuição no bem-estar físico-emocional próprio e do outro, e, realização das "obras" de caridade, dentro das suas capacidades diversas. A (não) fundamentação de sua vida nos princípios de uma igreja, numa ou noutra, é uma escolha que todo Sujeito deve ser permitido fazer. Por isso, qualquer preferência deve ser respeitada, pois, o mais importante não é em si sua pertença à uma igreja, mas, sim, o amor e a prática do bem, a contribuição para a (con)vivência e vida

verdadeiramente humana, o afincamento e a responsabilidade para com o outro, a governamentalidade e governamentalidade.

Ademais, o crente devia ser a imagem irrevogável de uma conduta divina mais intervencionista, do engajamento para o bem coletivo. Mas, infelizmente, os infiéis, desgraçados e injuriados (ex.: bêbados, mendigos, traficantes de influência) revelam-se mais solidários e carinhosos uns com os outros, partilhando um copo de cerveja, um espaço confinado para passar a noite, permitindo o gozo de oportunidades, comparativamente com os ditos fiéis, escolhidos, filhos de Deus. Por sua vez, os últimos mais preocupados com a ganância, vaidade, ostentação, o desdém, impio.

Análise ao Deus cristão

O Deus cristão vai-se tornando propriedade dos Homens, Este que é elaborado e existe apenas para a satisfação dos interesses materiais do Homem, seu criador. Os Homens transformaram-se em seres insensíveis, ambiciosos, menos humanos e com pretensões de dominação do outro por meio da palavra do Senhor. Os mais espertos encobertando a sua malícia pela sua servidão à Deus. É verdade que o Homem acreditou sempre na existência de um ser superior à si (religião), mas, na contemporaneidade, parece que a descrença surgiu. Todavia, usa-se ainda da boa-fé dos demais para a obtenção dos benefícios individualizados.

Para Weiss (2012), o período do surgimento de movimentos religiosos julgava-se ter encontrado no totemismo a explicação sociológica da religião que era considerado a primeira forma elementar religiosa. Assim, para perceber as especificidades da religião hoje é necessário voltar a religião antiga porque as características das religiões passadas deviam ser as mesmas das religiões contemporâneas. Aprofundando esta ideia, as igrejas, na atualidade, desvirtuaram-se das primárias e, deste modo, afastaram-se da sua função primordial que era de aproximação do Homem à Deus, da prática do bem, de ajudar os mais necessitados, entre outras. Como se pode notar, inicialmente:

"A religião já era considerada um fenómeno social, que teria como função manter a unidade do grupo e garantir as ideias fundamentais que, no caso das religiões primitivas, eram essenciais para garantir a sacralidade dos clãs" (LUKES *apud* WEISS, 2012, p. 96). Neste ínterim, nos dias atuais, a religião tem sido usada para o enriquecimento, o emburecimento e a manipulação dos crentes. Esta conduta coloca em questão a relação existente entre o Homem e Deus, se na realidade, teria

sido Deus a criar o Homem à sua imagem ou o Homem, no seu desespero e incapacidade de alcance de alternativas objetivas para os problemas de sua vida, teria inventando um Ser superior e atribuído qualidades sobrenaturais.

Nesta concepção, em ambas posições, se o Homem é à imagem de Deus, então, Este pode ser retirado o *status* de Santidade e (re)conhecido a viés de pecador tão quanto o seu reflexo humano. Nesta situação, o Homem e Deus encontram-se em posição igualitária, uma vez a imitação para ser considerada como tal deve-se ao fato de ser semelhante ao ente real. Deus como Ser Supremo tornar-se-ia impermissível à conduta desumana e irracional de determinados seres humanos, estes que usam do seu nome para manchá-lo e denigrá-lo, para citar alguns exemplos, pela industrialização da salvação e *business* da fé.

Assim, a individualização, precarização e prevaricação de Deus tornou-se tão comum e (in)consciente na maioria dos indivíduos. Por isso, estes intentam ordens à Deus, mesmo na esfera pública, a partir do momento que concebem-no como propriedade exclusivo de determinados Homens. Já é corriqueiro escutar comunicações de posse e imperativas, "meu Deus dê-me isto ou aquilo", abandonando-se discursos mais apelativos "Deus peço...". Como se sabe, "meu" é um pronome possessivo, expressando a ideia de posse. Nesta condição, quando alguém se dirige à divindade dizendo "meu Deus", não simplesmente "Deus", anuncia-se como dono desse ente.

Ora, o mundo está cada vez deteriorável e ímpio, encaminhado, por vezes, pela conduta de certos académicos. Quando o Homem letrado, em demanda de benefícios individualistas religiosos, sociais ou políticos, ignora os princípios pacifistas e torna-se um "lambe-bota", agindo com ignorância crassa que desafia o divino para a sua superação. Este Sujeito é capaz de rejeitar quaisquer conhecimentos científicos, normas de (con)vivência social, todos ensinamentos de Cristo e Deus, em busca de anseios egoístas, totalmente diferentes dos originários da Igreja e da defesa das relíquias da Humanidade - a vida e o amor ao próximo.

Para Estrada (2003), estudar o Homem é também estudar a sua religiosidade. A religião é também o objeto de estudo da Filosofia, na medida em que esta procura conhecer o Homem e as suas religiões, discutir os problemas filosófico-tradicionais que aparecem na história acerca de Deus, e, perceber o lugar de Deus e de cada sistema filosófico.

Nesta perspetiva, a religião é característica própria do Homem. Ser humano é ser religioso. Esta qualidade constitui a relação entre o Homem e os Seres

Sobrenaturais, podendo ser Deus ou outras entidades que o Homem atribua a Santidade em demanda de soluções aos intempéries além de sua capacidade intelectual. Além disso, a religião pode ser um sistema simbólico que dá sentido à ordem cósmica de existência e configura a percepção humana sobre a realidade, isto é, influencia a estrutura social dos Homens. Dessarte:

Qualquer representação teórica sobre Deus não passa de ilusão e confusão ontológica. Há uma outra possibilidade de se pensar a questão, que é a assimilação de Deus ao nada. Heidegger não nega a existência de Deus, nem acredita nela; na sua metodologia fenomenológica, ele suspende a ideia de Deus. Não é agnóstico, tampouco um crente. Não é agnóstico porque ela não concebe um Deus possível e improvável de tal modo que seria impossível negar-lhe o ser, mas que também seria impossível provar-lhe isso. Não é um crente porque não pauta a sua vida pela dinâmica do sagrado. (JÚNIOR, s.d, p. 1-2)

Mesmo assim, a preocupação não é discutir a (não) existência de Deus, pois, qualquer tentativa de reprodução teórica de Deus constitui uma fantasia ou confusão com o sentido do Ser, pois Deus pode ser conhecido mediante o nada. Somente o nada existe em qualquer e todo espaço. Poucos são os Homens que vão à igreja para o efetivo diálogo com Deus. A maioria tem estado àquela casa para ser visto, para ser aclamado, para a ostentação. A casa do Senhor é símbolo do bem. Mas, na contemporaneidade, vai-se tornando referência do mal e da insensibilidade, práticas dos Homens que se dizem conhecer a verdade e serem mensageiros de Deus. Nesta situação:

O grito de Heidegger contra a metafísica tradicional que viveu iludida pensando estar tematizando o ser; quando na verdade estava tematizando o ente. Na ontologia heideggeriana, sendo que o 'ser não se deixa representar e produzir objectivamente à semelhança do ente'. Ela visa o ente em sua totalidade e fala do ser. (JÚNIOR, s.d, p. 3)

Posto isto, a partir do método fenomenológico heideggeriano, Deus existe apenas subjetivamente, não objetivamente, uma vez que Deus como Ser não é representável ou figurável, diferentemente do ente. Ou seja, substancialmente, não pode ser identificado nem escultável. Ainda neste argumento, "Deus existe somente à medida que o princípio de razão é válido. (...) o princípio de razão é o princípio mais

poderoso, em seu poder reside então uma espécie de eficiência" (HEIDEGGER *apud* LEITE, 2012, p. 61).

Assim, desconstrói-se a ideia de que Deus constitui a causa primeira e final do destino do Homem, este último, cabendo-o apenas seguir o caminho traçado. Contrariamente, a noção de Deus é "aprisionada" à razão humana. Deus existe apenas na condição de aceitabilidade do Homem como ser racional e capaz de elaborar conceitos, daí que se torna impossível para os indivíduos, temporânea ou permanentemente, afastados do *logos* (recém-nascido e idiotas) conhecer, falar, rejeitar e/ou aceitar a Deus. O Homem racional elabora a ideia de Deus e concede-o atributos mediante as suas necessidades e/ou o seu desespero: Bom, Milagroso, Misericordioso, Verdade, Amor. Deus é anunciado pela razão humana como explicação do mundo.

Depois disto, se Deus é visto como o berço da vida do Homem, Este não deve ser concebido como o único credor do destino da humanidade, pois, a partir do momento que abritui o livre-arbítrio perde o domínio das rédeas do seu criado, senão Ele seria considerado hipócrita ao assistir em "tela gigante" e divertir-se com a mentalidade retrógrada de determinados Homens, matando-se uns aos outros. Nesta condição, Ele tornar-se-ia em um Ser abominável. Alicerçado na expressão da gíria popular "Deus ajuda quem cedo madruga", logo, o Homem é capaz e detém da obrigação de "construir" pelo esforço e suor o seu próprio destino, sem nada esperar com os pés e de braços cruzados, em mera militância da fé. Ademais:

Deus surge sob a aparência de um ente que é representado pelo pensamento lógico-formal e obrigado nas provas lógicas de sua existência. Ele é exigido pela razão para explicar a diferença ontológica e para fundar o ser dos entes. A este Deus não pode o homem nem rezar, nem sacrificar. Não pode o homem nem cair de joelhos por temor, nem tocar música e dançar" (LEITE, 2012, p. 62-63). "Quando se proclama Deus como o valor supremo, isto significa uma degradação de Deus" (HEIDEGGER *apud* FILHO & VICENTE, 2011, p. 45).

Aprofundando esta ideia, sob a exegética das igrejas contemporâneas, a noção de Deus define-se como criação própria do Homem. Por isso, Este é orientado as tarefas que deve executar, à quem abençoar ou amaldiçoar, atribuir ou retirar riquezas. O Homem não o venera, não faz sacrifícios nem teme a sua escultura física e/ou espiritual, o que faz com este faça e desfaça do seu próximo e da natureza, sem

compaixão nenhuma. Deus existe graças a bondade do Homem, esta que se observa ao criá-lo. Por essa razão, o Homem não tem dívida alguma com Deus. Contrariamente, Deus é quem possui uma dívida enorme com o Homem, devido à sua mesericórdia para a criação. Nesta lógica, Deus é colocado a venerar ao Homem, sob temor de ser sua destruição.

Considerações finais

Após a elaboração do texto constata-se que Heidegger não se afirma como crente nem como agnóstico. Mas, o autor, ainda que se intitule crente, assegura a necessidade de racionalização da fé, de modo que não permita a ocorrência dos absurdos religiosos que se verificam no cotidiano. Além disso, mesmo sem a discussão da questão da (não) existência de Deus, considera-se pertinente a sua crença para o fortalecimento da esperança de um futuro mais humano, justo e melhor, "construído" pelo próprio Homem. Porém, a esperança de que se fala não é de espera, com os "pés e braços cruzados", pela benevolência e ação de Deus, senão, de tomada de uma atitude perante os esforços necessários para a elaboração do próprio destino, pois, o futuro é considerado uma "(re)construção" individual por meio de escolhas feitas no presente, não como mera dádiva divina. Ninguém está predestinado ao sucesso nem ao fracasso.

Neste íterim, nos contornos da religiosidade atual, torna-se cada vez difícil afirmar com plena certeza e argumentos, religiosos e/ou histórico-filosóficos, indubitáveis que Deus é criação autonóma, símbolo apenas de tudo o que existe de bom no mundo e que se há um Ser divino com as qualidades invejáveis, conhecidas e/ou atribuídas (onisciência, onipotência, onipresença, benevolência perfeita e incorruptível, sobrenaturalidade, transcendentalidade, eternidade e existência imprescindível), seja somente Ele.

Ainda mais, a falta de consenso sobre o Homem ser criação única de Deus ou, por contrário, Deus constituir escultura humana reside no fato de, na contemporaneidade, vigorar o mal de maneira exibicionista e Deus nada ou pouco fazer para a sua extinção, sob a fundamentação do livre-arbítrio. Se Deus é digno dos atributos mencionados, sem dúvidas, detém de capacidade suficiente e superior para a extinção da intencional desumanidade praticada por alguns indivíduos, para citar certos exemplos: busca desenfreada de riquezas, de cargos de chefia em todos contextos possíveis e pelos prazeres de maneira além epicurista. Não só, a existência

de guerras infundadas correntes entre Ucrânia e Rússia, Israel e Palestina, Moçambique e "terroristas" na Província de Cabo Delgado. Mas, mesmo com o seu conhecimento e domínio, Deus deixa o mal fluir com tamanha naturalidade.

Destarte, esta concepção pode ser sustentada pela atitude de vários pastores da atualidade, cada um empenhando-se para a criação do seu Ministério, para estar indubitavelmente à frente das finanças. Ora, a igreja vai-se revelando como símbolo do que outrora constituía maldição, isto é, dos sete (7) pecados capitais: soberba, avareza, inveja, ira, luxúria, gula e preguiça. A igreja está tomada pelo mal.

Deste modo, a aparente homilética constitui-se estratégia para a sustentabilidade dos anseios individualistas e egoístas, não mais para a abnegação e salvação do Homem herético para a casa de Deus. O Homem cristão é tido como àquele que "dizima", que é permissivo com as humilhações e que faz ofertórios aos dirigentes da congregação, mesmo que nenhuma outra atividade religiosa cumpra ou menos execute. Não mais o humilde, o de bem dentro e fora da casa de Deus, àquele que ajuda ao seu próximo, os menos afortunados.

Referências bibliográficas

ESTRADA, J. *Deus nas Tradições Filosóficas*. São Paulo: Paulus, 2003.

FILHO, M. & VICENTE, J. *Heidegger e a Religião: uma interface*. 13ª ed. Brasília: Revista Filosofia Capital, 2011.

GIDDENS, A. *Sociologia*. 4ª ed. Lisboa: Fundacao Calouste Gulbenkian, 2004.

JÚNIOR, R. *Deus na Filosofia de Heidegger*. S.l., S.Edt.

LEITE, R. *A Crítica à noção de Deus própria da constituição Onto-Teo-Lógica da Metafísica tradicional em Martin Heidegger*. Belo Horizonte: Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia Editora, 2012.

MARTIN, M. *O Companheiro de Cambridge ao Ateísmo*. Universidade de Cambridge, 2007.

PALMER, E. *Hermenêutica*. 70ª ed. Portugal: S.Edt, 1969.

WEISS, R. *Durkheim e as Formas Elementares da Vida Religiosa*. Porto Alegre: Debates do NER, 2012.

RELIGIOSIDADE DO POVO, UMA BUSCA PELO SAGRADO.

Valter Ap. Barcala¹³

Resumo: A religiosidade popular é um fenômeno social. Este pequeno artigo tem a pretensão de demonstrar as dimensões deste aspecto da sociedade e suas contribuições para a construção de uma identidade na comunidade na qual está inserida. Tendo por referência uma abordagem multidisciplinar, este trabalho busca resgatar uns poucos personagens elevados à categoria de santos e venerados juntamente com santos canônicos da Igreja Católica.

Palavras-chave: Religiosidade, Sagrado, Santificado.

¹³ Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, pós-graduado em Educação, Antropologia Cultural e Teologia, licenciado em Estudos Sociais, Geografia e Pedagogia.

Introdução

A religiosidade popular fenômeno propagado nas sociedades de todo o mundo. Tem por características um conjunto de práticas e rituais herdados de tradições culturais e folclóricas de um povo. Variando de região para região, tem em seu âmago como elemento principal a adoração de uma pessoa baseando-se nas ações de sua vida terrena.

As manifestações de adoração popular são diversas e, entre tantas destaca-se peregrinações aos locais onde nasceram, foram sepultadas ou em locais ondem sofreram martírio, uso de objetos ou amuletos, celebrações festivas.

A devoção popular a essas pessoas não garante a canonização oficial da Igreja e sua veneração ocorre em paralelo aos dogmas da Igreja Católica, em muitos casos são até desencorajados pelo clero. Dentre os muitos exemplos destes “santos” temos alguns que são conhecidos além dos limites geográficos de suas ações como é o caso do padre Cícero Romão Batista e do padre José Antônio Pereira Ibiapina. Outros são específicos de uma determinada região ou localidade como é o caso de Maria Bueno aclamada como santa no Paraná, menina Izildinha nas cidades de São Paulo e Monte Alto, de Antônio Bento, na região de Santo Amaro, em São Paulo. Aclamados como “santos”, esses e centenas de outros são exemplos de fé, caridade, perseverança e superação que o povo sofrido, desamparado muitas vezes se apegam para alcançar uma graça.

01 – Padre Cícero Romão Batista; de proscrito a servo de Deus.

Padre Cícero é uma figura emblemática na história do Brasil. Nascido em 1844 na cidade do Crato, no Ceará. Depois de muitas dificuldades financeiras e pessoais em 1870 foi ordenado padre pelo Seminário da Prainha, em Fortaleza. Em 1872 fixa residência no pequeno povoado de Juazeiro onde dá início ao seu trabalho sacerdotal.

Em março de 1889, um fato durante a liturgia da comunhão na então capela de Nossa Senhora das Dores mudou profundamente sua vida. Ao receber a hóstia consagrada, a beata Maria de Araújo não pode ingerir. Conforme Neto (2009);

(...) e foi então que se deu o fenômeno: segundo chegariam a jurar sobre a Bíblia as testemunhas ali presentes, a hóstia na boca de Maria de Araújo mudou de forma e de cor. Transformou-se, inesperadamente, em sangue vivo.

O fenômeno se repetiu por outras vezes. Padre Cícero foi cauteloso, convidou médicos e autoridades para presenciarem a transfiguração da hóstia em sangue, depois de presenciarem o fato, atestaram que ele era inexplicável à luz da ciência.

Mas o bispo de Fortaleza dom Joaquim José Vieira (1836-1917) era contrário a ideia do “milagre” de Juazeiro e, mesmo uma comissão de inquérito nomeada por ele tendo atestado o milagre, dom Joaquim foi intransigente e nomeou outra que, não tendo presenciado a transfiguração negou oficialmente o ocorrido. Padre Cícero foi condenado em um inquerido a suspensão da ordem.

Após a Santa Sé analisar o relatório enviado apoiou a decisão de dom Joaquim. Padre Cícero proibido de exercer suas funções na igreja, entrou para a política. Em 1911 foi eleito prefeito do novo município de Juazeiro do Norte, em 1913 eleito vice-presidente do Ceará, em 1926 exerceu o mandato de deputado federal pelo estado do Ceará, ano em que conheceu Virgulino Ferreira da Silva, mais conhecido como Lampião.

Padre Cícero amealhou riquezas na política e foi o maior benfeitor de Juazeiro do Norte. Com a fama de milagreiro e com as benesses de sua fortuna e poder as romarias para Juazeiro só foram aumentando. Milhares de nordestinos o adoram como santo. Santo “padim Ciço”, como dizem.

Faleceu em 20 de julho de 1934, com noventa anos de idade e a devoção a ele só aumentou. No ano de 2002 a Diocese do Crato iniciou um processo para a reabilitação eclesial de padre Cícero.

Entre os anos de 2006 e 2014 uma comissão especializada em direito canônico da Santa Sé estudou profundamente o caso de padre Cícero Romão Batista e no ano de 2015, depois de analisar o relatório desta comissão, Papa Francisco em outubro do mesmo ano reconciliou a Igreja Católica com a chamada herança espiritual do padre Cícero.

A Reabilitação e Reconciliação abriu as portas para uma futura beatificação. Enquanto isso, todos os anos milhares de romeiros seguem para Juazeiro para pagar promessas e ratificar sua devoção a padre Cícero.

02 – Padre Ibiapina, símbolo de perseverança e caridade.

José Antônio de Maria Ibiapina, cearense, nasceu no ano de 1805 na pequena vila de Ibiapina, em Sobral. Seu pai, Francisco Miguel Pereira Ibiapina resolveu homenagear o povoado em que viveu nos primeiros anos de seu casamento com

Theresa Maria de Jesus acrescentando ao seu nome o “Ibiapina” retirado do nome do vilarejo *São Pedro de Ibiapina*.

Padre Ibiapina ingressou no sacerdócio com 48 anos incompletos. Antes formou-se em Direito, logo após a conclusão do curso foi convidado a lecionar na mesma instituição. Um ano depois voltou para o Ceará e foi nomeado juiz de direito e chefe de polícia na cidade de Quixeramobim. Em 1833 foi eleito deputado, cumpriu o mandato de quatro anos. Exerceu a advocacia na Paraíba e no Recife entre os anos de 1838 e 1850, depois de alguns dissabores, abandonou a carreira.

Em 1853 foi oferecido a ele o sacerdócio, não precisou fazer o Seminário, diziam que Ibiapina conhecia mais sobre Teologia do que os próprios professores. Em menos de um mês foi ordenado padre e logo depois foi nomeado Vigário Geral e professor do Seminário de Olinda, dois anos depois deixou o Seminário e iniciou seu trabalho de evangelização pelo sertão nordestino.

Entre os anos de 1855 e 1875, percorreu o interior dos estados da Paraíba, Pernambuco, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte. Nos sertões sem estradas, percorrendo por caminhos de índios e sendeiros, evangelizou povoados e lugarejos esquecidos pelos homens, mas não por Deus.

No interior dessas províncias, padre Ibiapina se depara com a seca que assola os sertões, com a dificuldade de locomoção e comunicação com outras regiões e o descaso da Corte Imperial pela região. Mobilizando a população das cidades, vilas e lugarejos, construiu igrejas, capelas, barragens, açudes, cacimbas, cemitérios e Casas de Caridade. Levou esperança e conforto para o povo desvalido. Conforme MARIZ (1980) citado por ‘da’ Silva (2020):

(...) as incursões de padre Ibiapina pelos sertões do Nordeste tinham a finalidade de construir “uma obra de assistência e educação, a fim de curar o operário e preparar para fins domésticos a mulher pobre dos sertões”, mostrando-se “profundamente preocupado em combater a ociosidade, a negligência, os vícios e os crimes.

Uma das obras de Ibiapina foi a construção de vinte e duas Casas de Caridade entre os anos de 1860 e 1872 nas províncias do Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e Pernambuco. Segundo Bezerra (2010, p. 153) existia uma grande preocupação em oferecer a moças pobres e órfãs uma educação de qualidade para evitar que essas buscassem condições de sobrevivência nas ruas.

Padre Ibiapina escolheu o trabalho missionário, levou uma vida de privações de desafios. Fez sua opção pelos pobres, pelo povo. E o povo do sertão nordestino o santificou.

03 – Maria Bueno, a santa de Curitiba

Outro caso emblemático na religiosidade popular é o de Maria Bueno, a “santinha” de Curitiba. Maria da Conceição Bueno, nasceu em 08 de dezembro de 1864, segundo consta, no município de Morretes onde passou parte de sua infância e depois sua família se mudou para Curitiba.

Maria Bueno foi assassinada por seu amante Ignácio José Diniz, soldado do antigo 8º Regimento de Cavalaria conforme reportagem do jornal *A REPÚBLICA*:

Na madrugada de 29 do mês que acaba de findar-se deu-se nesta capital (...), o assassinato de uma mulher de nome Maria Bueno. (...) o crime foi cometido na madrugada do referido dia e que a morte fora devida a uma quase decapitação. (...) achando-se indiciado como autor do crime o ansepeçada de 8º Regimento de Cavalaria, Ignácio José Diniz, que estando de guarda no quartel, fugira a meia noite apresentando-se às quatro horas da madrugada mais ou menos. (...) louvamos a atividade que tem desenvolvido o Dr. Chefe de Polícia para descobrir o autor ou autores do crime. (*A REPÚBLICA*, Curitiba. P. 13, 30 de janeiro de 1893).

Não há um consenso entre os estudiosos sobre a etnia, classe e situação social de Maria Bueno, alguns dizem que ela era mulata, outros que era cabocla e ainda outros branca. Sobre sua situação social muitos a classificam como “prostituta”, como mulher da vida fácil.

Essa descrição de Maria Bueno é a clássica descaracterização da vítima. Uma forma de não alarmar a população letrada, católica e branca em síntese, as elites.

Segundo Santos, a Igreja e a religiosidade popular estavam em conflito à época do assassinato de Maria Bueno. Não está claro na historiografia se a Igreja se negou a oferecer os ritos póstumos, se isso ocorreu, é certo pensar que a comunidade a qual Maria Bueno pertencia passou a rezar por sua alma no local de seu assassinato. A possível negativa da Igreja de sacramentar “a passagem” de Maria Bueno, talvez por sua suposta situação social, levou seus iguais (eticamente falando) a buscar paz à alma da falecida fora dos ritos oficiais. Conforme reportagem vinculada no jornal *Voz do Paraná*, citada por Santos:

Essa devoção surgiu justamente porque quando Maria Bueno foi encontrada de manhã, com a cabeça quase degolada e as mãos todas cortadas de navalha, quiseram que o padre fizesse a encomendação do corpo e o padre

não aceitou porque ela era uma mulher da rua muito conhecida. O povo então começou a acender velas porque na Igreja o padre não queria rezar missa como até hoje a Igreja não reza em casos como esse. Daí surgiu essa devoção popular. É coisa psicológica. (VOZ DO PARANÁ, 26 de outubro de 1974, pp.7-8)

A devoção, ao que tudo indica, surgiu da intolerância da Igreja. Devido a negativa de celebrar os ritos fúnebres, as irmandades negras tomaram a frente e numa forma de demonstrar a força que tinham incentivaram o povo a rezar por aquela pessoa violentamente assassinada, ergueram uma cruz marcando o lugar do acontecido, e o povo logo estava pedindo graças. Conforme *Eliade*:

(...). A manifestação do sagrado funda ontologicamente o mundo. Na extensão homogênea e infinita onde não é possível nenhum ponto de referência, e onde, portanto nenhuma orientação pode efetuar-se, a hierofania revela um “ponto fixo” absoluto, um “Centro”. (*ELIADE*, 1992, p. 14)

A história de Maria Bueno continua a influenciar o modelo de religiosidade praticado pelo povo, a religiosidade popular, fora das convenções, dos dogmas, das práticas da Igreja. Maria Bueno foi santificada pelo povo e, como santa “do povo” está presente nos altares das residências, dos comércios e principalmente no coração da sociedade curitibana.

04 – Menina Izildinha, serva do Senhor.

Nascida em Póvoa de Lanhoso, distante 360 km de Lisboa, Maria Izilda de Castro Ribeiro faleceu aos treze anos de idade. Primogênita de João Rodrigues Ribeiro e Alice de Castro.

Izildinha recebeu o batismo no mesmo ano de seu nascimento, 1897, e sua madrinha foi Nossa Senhora, representada pelo monge dom Alfredo Antônio Teixeira Ribeiro, o padrinho foi o abade dom João Duarte de Macedo, do mosteiro de Donim. Aos sete anos de idade começou no curso primário e para prosseguir nos estudos morava com seus avós, pois seus pais viviam mudando de cidade em busca de serviço. Aos nove anos de idade fez a Primeira Comunhão, sempre estudiosa e devota de Nossa Senhora. Quando entrou na adolescência Izildinha ficou doente, vindo a falecer aos treze anos de idade.

O culto a Maria Izilda começou quando a família, 39 anos depois de sua morte decidiu transladar os restos mortais dela para o túmulo da família e, para surpresa de todos, seu corpo estava incorrupto, assim como suas roupas e as flores que enfeitavam seu esquife.

Logo a notícia se espalhou e o jazigo da família Ribeiro começou a ser ponto de devoção à *santinha*. Nesta época, Constantino Castro Ribeiro, irmão de Izildinha, residia no Brasil e sendo um homem de posses, em 1950 decidiu trazer os restos mortais dela para o túmulo de sua família no Cemitério de São Paulo, na capital paulista. A extinta revista *Manchete* em sua edição de 11 de outubro de 1952, traz uma reportagem sobre a “veneração” de Santa Izildinha:

(...) Ainda no dia 17 último, data do aniversário da morte de Izildinha, dia esse que o comendador deseja ver santificado, extensas filas de devotos desfilaram ante o túmulo, numa peregrinação que durou 12 horas. Gente do povo, comerciários, funcionários públicos e até milionários – mais de 3 mil pessoas foram tributar a Izildinha o testemunho da sua fé.

Em 1958 os restos mortais de Izildinha foi trasladado para um mausoléu construído no cemitério municipal de Monte Alto (São Paulo) cidade em que Constantino residia.

Assim como no Cemitério São Paulo os fiéis começaram a ir ao mausoléu de Izildinha para pedirem sua intercessão e as graças logo começaram a surgir. Os testemunhos de graças alcançadas de milagres acontecidos vão se somando. A igreja Católica não a reconhece como santa, apesar do fenômeno do corpo incorrupto ser relativamente comum nas biografias de santos o fenômeno não é um fator determinante. Mas, o exemplo de humildade, uma vida em oração e aceitação as agruras da vida a fez santa para o povo.

05 – Antônio Bento; o Bento do Portão

Segundo Maria Guerra Feitosa, autora de um pequeno livreto de nove páginas. Antônio Bento nasceu no estado da Bahia em 29 de janeiro de 1875.

Viveu como andarilho pelo Bairro de Santo Amaro e tinha fama de curandeiro. Pessoa simples, fazia pequenos serviços em troca de um prato de comida, de um pedaço de pão. Quando conseguia, sentava-se em frente a um portão, daí sua alcunha.

Faleceu no dia 29 de junho de 1917, aos 42 anos de idade. Seu corpo foi encontrado próximo ao portão principal do Cemitério de Santo Amaro. Anos depois ao ser feita a exumação de seus restos mortais constatou-se que seu corpo estava incorrupto. Começou aí a veneração a esse personagem do então bairro de Santo Amaro.

Conforme narrativas dos que acreditam na santidade de Bento do portão, encontramos testemunhos como o de uma pessoa que por questões de doença grave deveria amputar as duas pernas, depois de pedir a intervenção de Bento do portão recebeu a notícia de que não seriam necessárias as amputações. A grande maioria dos pedidos se referem a oportunidades de emprego, como a de um senhor com 53 anos de idade e, desempregado a mais de 5 meses, logo que fez suas orações e súplicas, foi atendido. Em outro testemunho, a mãe de uma garota foi pessoalmente até o túmulo de Bento do portão para pedir que intercedesse por sua filha, desempregada a quase três anos, logo depois surgiu a oportunidade de emprego.

Os relatos e graças alcançadas são centenas. Os devotos deste santo popular costumam se reunir às segundas-feiras para orar e homenageá-lo.

05 – Antoninho, o Servo de Deus

Haverá santos entre crianças (PIO X).

Paulistano, nascido em 19 de outubro de 1918, no auge da epidemia da chamada Gripe Espanhola. Antônio da Rocha Marmo, Antoninho, como era conhecido. Bondoso e de uma inteligência que assombrava a todos.

Aos seis anos de idade estava internado por problemas de saúde na Santa Casa de Misericórdia e conversando com a freira Maria Vicentina, previu que a disputa entre o reino da Itália e a Santa Sé seria resolvido e assim em 1929, no papado de Pio XI a previsão se concretizou. Logo sua fama se espalhou, muitos vinham ao menino para que os aconselhasse ou pedindo uma graça. Antoninho sempre atendia.

Antoninho previu a própria morte, em conversa com seu amigo Padre Olegário, afirmou, vou morrer jovem e no dia de seu aniversário. Anos mais tarde sua previsão se concretizou.

O desejo de Antônio era ser padre. Dom Epaminondas, então Bispo de São Paulo o presenteou com os paramentos sacros e logo o menino montou um pequeno altar nos fundos da casa de seus pais e ali diariamente celebrava uma missa com a participação de muitos que acreditavam em seu “poder divino”.

Quando adoeceu, não lamentou por seu sofrimento, mesmo com o agravamento de seu quadro clínico nunca se descuidou de suas atividades de caridade, de seus estudos. Quando alguém lamentava por sua situação, ele prontamente respondia “esse era o desejo do Criador e a ele era submisso”. Em 21 de dezembro de 1930, Antônio faleceu.

Centenas de relatos de graças alcançadas por intervenção do menino Antoninho estão documentadas. Muitas das previsões e fenômenos foram presenciados por pessoas do *Clero*, essa é uma das razões para a celeridade da abertura do processo de santificação.

A Igreja Católica acolheu em 2007 o processo de beatificação e canonização, em 2011 concluiu-se a fase diocesana de catalogação de testemunhos e de documentos. Atualmente o processo encontra-se na *Congregação para as Causas dos Santos*, na Santa Sé.

06 – Santos Irmãozinhos Fuzilados da cidade de São Gabriel (RS)

Um caso curioso no panteão dos santos populares não canônicos está a história de dois soldados pertencentes ao quartelamento denominado *Regimento Caserna de Bravos*, ao qual pertencia o 1º Regimento de Artilharia a Cavalos. Irmãos de farda, irmãos de infortúnio, não de sangue, foram considerados irmãos pelo povo, pelas coincidências dos fatos.

O soldado Agostinho José de Meira no ano de 1853 pela legislação militar da época, foi condenado a morte por ter ferido à faca um superior, sua execução ocorreu no dia 8 de novembro do mesmo ano. Segundo consta, discutiu com um superior por não concordar com os critérios estabelecidos para a distribuição dos alimentos no “rancho”, foi detido e preso e posteriormente ao ser retirado da cela para julgamento feriu a faca um oficial, um cabo e um soldado. Nos idos do século XIX estava vigente no Exército o *Regulamento do Conde de Lippe* e, o artigo 08 deste regimento estipulava:

Artigo 8º - Todas as diferenças e disputas são proibidas sob pena rigorosa de prisão, mas, se suceder a qualquer soldado ferir seu camarada à traição, ou o matar, será condenado ao carrinho [argola de ferro que se adaptava ao tornozelo do condenado e presa a uma corrente] perpetuamente, ou castigado com pena de morte, conforme as circunstâncias.

Fato semelhante aconteceu dois anos depois, em 1855 o soldado Joaquim José dos Santos estava sem receber seus vencimentos e fardas, em um ato de desespero roubou alguns pertences de seus companheiros e desertou do Exército. Ao ser capturado, foi levado ao pátio central do quartelamento para ser punido, fazendo uso de uma faca que trazia escondida na roupa e apunhalou gravemente um oficial tendo sua pena agravada. Foi executado no dia 20 de setembro de 1855.

Segundo Eliade:

Para o homem religioso, o espaço não é homogêneo: o espaço apresenta roturas, quebras; há porções de espaço qualitativamente diferentes das outras. “Não te aproximes daqui, disse o Senhor a Moisés; tira as sandálias de teus pés, porque o lugar onde te encontras é uma terra santa.” (Êxodo, 3: 5) (ELIADE, 2001)

Para o devoto o local das execuções é sagrado. Foram sacralizados pelo sangue “inocente” dos dois irmãos de armas executados pela intolerância, por uma legislação militar que desumanizava o homem.

Ainda conforme Eliade:

(...) a revelação – do espaço sagrado tem um valor existencial para o homem religioso; porque nada pode começar, nada se pode fazer sem uma orientação prévia – e toda orientação implica a aquisição de um ponto fixo. (2001. p. 26).

Segundo contam, com os fuzilamentos dos dois soldados, a parede onde se apoiavam os condenados ficou manchada de sangue, e mesmo após a troca do reboco, após pinturas, a mancha sempre retornava. Assim, foi ordenado que se construísse no local uma pequena capela obstruindo a mancha com uma parede de tijolos.

Não demorou para que o local da pequena capela se tornasse um local de oração. Flores, velas, ex-votos, placas de agradecimento por uma graça alcançada. Dezenas de pessoas visitam o local todos os meses mantendo viva a memória dos dois soldados condenados ao fuzilamento, santificados pelo povo.

Conclusão

Os fatores ou fatos que levam uma pessoa a ser santificada pelo povo são muitos. O legado de uma pessoa, sua vida de virtudes, de desprendimento material. A religiosidade de padre Cícero, padre Ibiapina, Antoninho da Rocha Marmo ou os diversos tipos de violência sofrida em vida como foi o caso de Bento do Portão, de Maria Bueno e dos “irmãozinhos” fuzilados são fatores que alimentam e alienam a sociedade. O devoto busca nos santos, canônicos ou não, uma resposta para seus anseios, para suas dúvidas, para o seu sofrimento.

O homem religioso em síntese busca uma identidade. A sua identidade dentro de um universo místico. Sagrado. A santidade de uma pessoa sacramentado ou não pela Igreja, para o homem que crê não é fator primordial, ele próprio em suas necessidades fará o sincretismo e em seu íntimo fará um ‘acordo’ com Deus.

Bibliografia

BARATA, Olegário da Silva. Antônio da Rocha Marmo (Antoninho). São Paulo: Oficinas Gráficas da AVE MARIA. 1938.

Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1bX6570EM9LiT_f0s_69dcYGE4NBeK3Tu/view .

Acesso em: 10 abril 2024.

BEZERRA, O. L. *Trabalho, pobreza e caridade: as ações do Padre Ibiapina nos sertões do Nordeste*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2010.

ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano, a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FEITOSA, Maria Guerra. Bento do Portão. São Paulo: O Recado Editora, SD

NETO, Lira. Padre Cícero: Poder, fé e guerra no sertão. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SANTOS, Conceição Aparecida dos. *Como nascem os santos: o caso Maria Bueno*. Dissertação de Mestrado, UFPR Curitiba, 190 f., 2010.

MARIZ, C. Ibiapina, um apóstolo do Nordeste. 2ª Ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1980.

Periódicos

Assassinato. A República, Curitiba, 30 de janeiro de 1893. Disponível em: <<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=215554&pesq=Maria%20Bueno&pasta=ano%20189&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=3538> > acesso em: 08 de abril de 2024.

BRANDÃO, Darwin. STERN, Frederico. *O anjo e o seu Senhor*. Revista Manchete, Rio de Janeiro, ed. 025, 1952. Disponível em: <

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=1082>>.

Acesso em: 12 de abril de 2024.

YouTube

Histórias e estórias de São Gabriel. Os irmãozinhos fuzilados. YouTube.2023.
disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=v_4Lx714bZg

SOBRE OS ORGANIZADORES

Thiago Cedrez da Silva

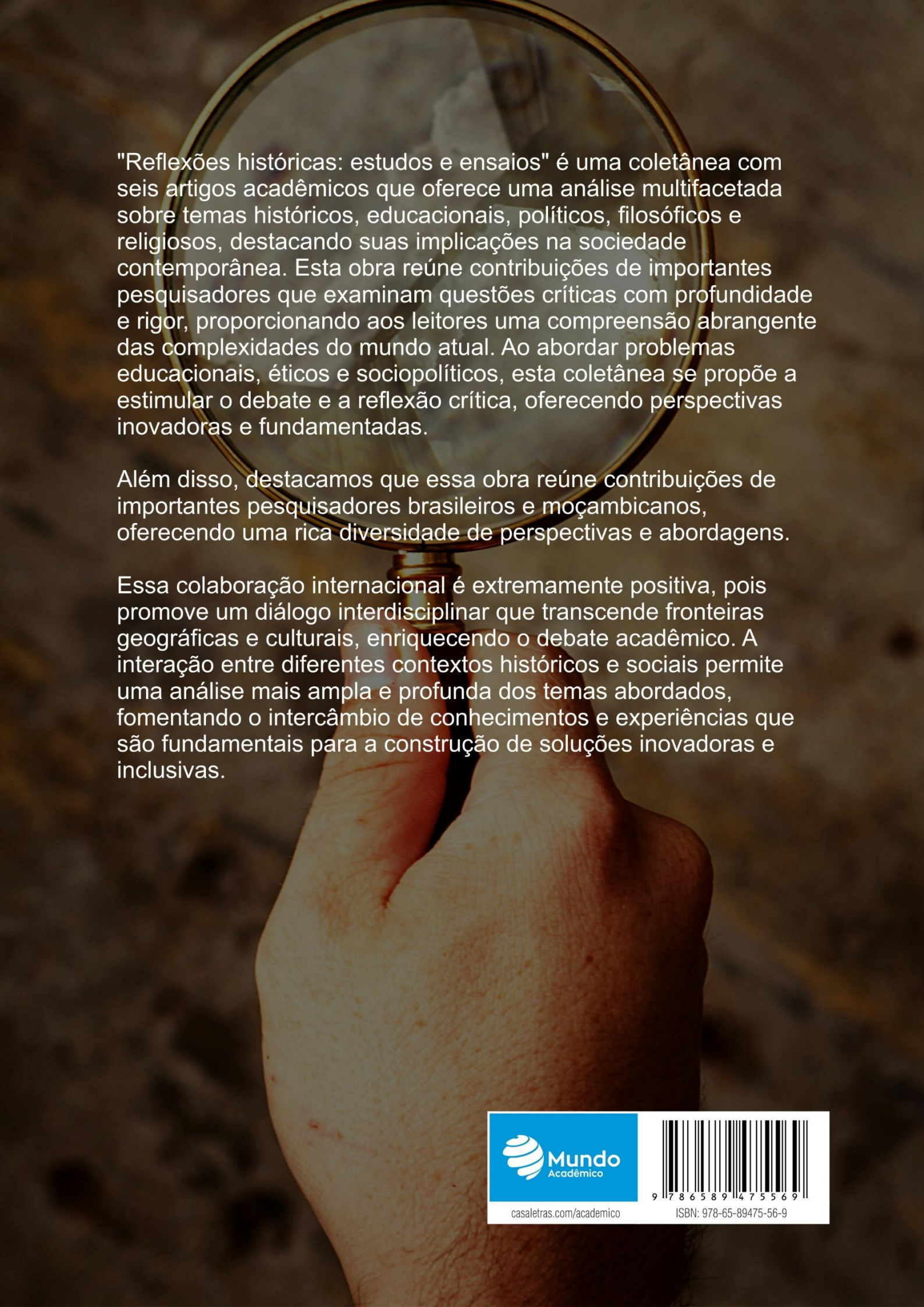
Doutor em História (2023-UFPEL). Mestre em História (2016-UFPEL) e Graduado em Licenciatura Plena em História UFPEL (2013). Especialização em Psicologia e Coaching pela Faculdade Metropolitana-SP (2020). Especialização em Metodologia de Ensino de História pela Faculdade Intervale (2022). MBA em Gestão de Pessoas e Liderança pela Faculdade Intervale (2022). Graduando em Pedagogia (FACUMINAS). Experiência em pesquisa nas áreas de: História; História Social; História do Trabalho Portuário; Ensino de História; Coaching; Liderança; Gestão de Pessoas. Autor e coautor de mais de 24 livros. Professor Substituto no Departamento de Fundamentos Socio-filosóficos da Educação – UFPE.

Edgar Avila Gandra

Graduado em História pela Fundação Universidade do Rio Grande (1995); Mestre em História Ibero-Americana pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1998) e Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2004). Atualmente é professor Associado II da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) atuando no Departamento de História, no Programa de Pós-Graduação em História –PPGH e no Curso de Educação do Campo. Também lecionou no MBA em Gestão de Pessoas – UNICENTRO-PR. Tem experiência de pesquisa em temáticas sobre História do Trabalho, História Portuária e Movimentos Sociais. Foi Bolsista do Programa de Estágio Sênior Capes no Exterior na Universidade do Porto-PT. Professor Colaborador do CITCEM-Universidade do Porto-PT.

Elvis Silveira Simões

Doutor em História - UFPEL. Mestre em História (2018) e Graduado em Licenciatura Plena em História UFPEL (2014). Experiência em pesquisa nas áreas de: História; História Social; História do Trabalho Portuário. Atualmente exerce a função como professor Municipal na área de História na cidade de Pelotas-RS.



"Reflexões históricas: estudos e ensaios" é uma coletânea com seis artigos acadêmicos que oferece uma análise multifacetada sobre temas históricos, educacionais, políticos, filosóficos e religiosos, destacando suas implicações na sociedade contemporânea. Esta obra reúne contribuições de importantes pesquisadores que examinam questões críticas com profundidade e rigor, proporcionando aos leitores uma compreensão abrangente das complexidades do mundo atual. Ao abordar problemas educacionais, éticos e sociopolíticos, esta coletânea se propõe a estimular o debate e a reflexão crítica, oferecendo perspectivas inovadoras e fundamentadas.

Além disso, destacamos que essa obra reúne contribuições de importantes pesquisadores brasileiros e moçambicanos, oferecendo uma rica diversidade de perspectivas e abordagens.

Essa colaboração internacional é extremamente positiva, pois promove um diálogo interdisciplinar que transcende fronteiras geográficas e culturais, enriquecendo o debate acadêmico. A interação entre diferentes contextos históricos e sociais permite uma análise mais ampla e profunda dos temas abordados, fomentando o intercâmbio de conhecimentos e experiências que são fundamentais para a construção de soluções inovadoras e inclusivas.



casalettras.com/academico



9 786589 475569

ISBN: 978-65-89475-56-9